

PARA COMPREENDER A POLÍTICA BRASILEIRA

SUBSÍDIOS PARA O CURSO

POLÍTICA E
CULTURA
NO BRASIL

HISTÓRIA E PERSPECTIVAS



Seminário de Filosofia de Olavo de Carvalho

Olavo de Carvalho

Para compreender a política brasileira

Subsídios para o curso “Política e Cultura no Brasil: História e Perspectivas”.

E-book

Para circulação interna do Seminário de Filosofia

Sumário

Apresentação	3
O que estou fazendo aqui	4
Direitista à força	8
Militância e realidade	10
Ciência e ideologia	12
Ignorando o essencial	15
Basta! Fora!	18
A oligarquia contra o povo	21
Por linhas tortas	24
A mentalidade revolucionária	28
Um cadáver no poder (I)	37
Um cadáver no poder (II)	40
Por trás da subversão	43
Quem foi que inventou o Brasil?	49
A maior trama criminoso de todos os tempos	51
Digitais do Foro de São Paulo	58
Os donos do mundo	60

Apresentação

Reuni neste pequeno livreto alguns artigos do professor Olavo de Carvalho que podem servir de subsídio para o curso “*Política e Cultura no Brasil: História e Perspectivas*”. Os artigos, escritos em diferentes épocas, tratam de alguns temas que o filósofo abordará em detalhe durante as aulas. Pela limitação de espaço e pela própria natureza do trabalho jornalístico, o assunto de cada artigo é abordado com brevidade, às vezes de maneira apenas alusiva, dando ao leitor uma pequena amostra do intenso trabalho de investigação científica e filosófica que o autor vem desenvolvendo ao longo das últimas três décadas. Por essa razão, essa pequena coletânea de escritos jornalísticos não tem a pretensão de ser um guia para o curso, nem mesmo a de ser um material de apoio. Meu único objetivo foi o de fornecer um meio com o qual o aluno possa se familiarizar com o tipo de abordagem, conceitos e temas que encontramos na ciência política de Olavo de Carvalho.

O conjunto dos textos selecionados não esgota, de maneira alguma, o conteúdo do curso, nem substituí a exposição oral, apenas antecipa um pouco aquilo podemos esperar das aulas. Esses textos foram todos publicados na imprensa brasileira, em diferentes jornais e épocas. Esta é portanto uma boa oportunidade para o leitor relê-los em conjunto, podendo perceber a unidade da análise por trás da fragmentação aparente, característica do gênero literário em que eles foram escritos. Os alunos do Curso Online de Filosofia já conhecem em profundidade muitos dos conceitos e fenômenos tratados aqui e apreenderão com facilidade a coerência dos escritos com os elementos de ciência política que o autor desenvolve em suas aulas. Os leitores menos familiarizados com o trabalho filosófico e pedagógico do professor Olavo podem sentir-se um pouco perdidos e desorientados com a diversidade de assuntos e perspectivas que aparecem nessa coletânea, mas tenho a certeza de que, com o desenrolar das aulas, a confusão desaparecerá e poderão finalmente observar com clareza e confiança o calamitoso cenário político brasileiro.

Espero que esse pequeno e-book seja de alguma ajuda aos alunos e leitores do professor Olavo.

Silvio Grimaldo

Londrina, 20 de março de 2016

O que estou fazendo aqui

Diário do Comércio, 8 de fevereiro de 2016

A característica fundamental das ideologias é o seu caráter normativo, a ênfase no “dever ser”. Todos os demais elementos do seu discurso, por mais denso ou mais ralo que pareça o seu conteúdo descritivo, analítico ou explicativo, concorrem a esse fim e são por ele determinados, ao ponto de que as normas e valores adotados decidem retroativamente o perfil da realidade descrita, e não ao inverso.

Isso não quer dizer que às ideologias falte racionalidade: ao contrário, elas são edifícios racionais, às vezes primores de argumentação lógica, mas construídos em cima de premissas valorativas e opções seletivas que jamais podem ser colocadas em questão.

Daí que, como diz A. James Gregor, o grande estudioso do fenômeno revolucionário moderno, o discurso ideológico seja “enganosamente descritivo”: quando parece estar falando da realidade, nada mais faz do que buscar superfícies de contraste e pontos de apoio para o “mundo melhor” cuja realização é seu objetivo e sua razão de ser.

Se o cidadão optou pelo socialismo, ele descreverá o capitalismo como antecessor e adversário, suprimindo tudo aquilo que, na sociedade capitalista, não possa ser descrito nesses termos.

Se escolheu a visão iluminista da democracia como filha e culminação da razão científica, descreverá o fascismo como truculência irracional pura, suprimindo da História as décadas de argumentação fascista – tão racional quanto qualquer outro discurso ideológico – que prepararam o advento de Mussolini ao poder.

Tendo isso em vista, a coisa mais óbvia do mundo é que nenhum dos meus escritos e nada do que eu tenha ensinado em aula tem caráter ideológico, e que descrever-me como “ideólogo da direita”, ou ideólogo do que quer que seja, só vale como pejorativo difamatório, tentativa de me reduzir à estatura mental do anão que assim me rotula.

Podem procurar nos meus livros, artigos e aulas. Não encontrarão qualquer especulação sobre a “boa sociedade”, muito menos um modelo dela.

Posso, no máximo, ter subscrito aqui ou ali, de passagem e sem lhe prestar grande atenção, este ou aquele preceito normativo menor em economia, em educação, em política eleitoral ou em qualquer outro domínio especializado, sem nenhuma tentativa de articulá-los e muito menos de sistematizá-los numa concepção geral, numa “ideologia”.

Isso deveria ser claro para qualquer pessoa que saiba ler, e de fato o seria se a fusão de analfabetismo funcional, malícia e medo caipira do desconhecido não formasse aquele composto indissolúvel e inalteravelmente fedorento que constitui a forma mentis dos nossos “formadores de opinião” hoje em dia (refiro-me, é claro, aos mais populares e vistosos e à sua vasta plateia de repetidores no universo bloguístico, não às exceções tão honrosas quanto obscuras, das quais encontro alguns exemplos neste mesmo *Diário do Comércio*).

É óbvio que essas pessoas são incapazes de raciocinar na clave do discurso descritivo. Não dizem uma palavra que não seja para “tomar posição”, ou melhor, para ostentar uma auto-imagem lisonjeira perante os leitores, devendo, para isso, contrastá-la com algum antimodelo odioso que, se não for encontrado, tem de ser inventado com deboches, caricaturas pueris e retalhos de aparências.

A coisa mais importante na vida, para essas criaturas, é personificar ante os holofotes alguns valores tidos como bons e desejáveis, como por exemplo “a democracia”, “os direitos humanos”, “a ordem constitucional”, “a defesa das minorias”, etc. e tal, colocando nos antípodas dessas coisas excelentíssimas qualquer palavra que lhes desagrade.

Alguns desses indivíduos tiveram as suas personalidades tão completamente engolidas por esses símbolos convencionais do bem, que chegam a tomar qualquer reclamação, insulto ou crítica que se dirija às suas distintas pessoas como um atentado contra a democracia, um virtual golpe de Estado.

O desejo de personificar coisas bonitas como a democracia e a ordem constitucional é aí tão intenso que, no confronto entre esquerda e direita, os dois lados se acusam mutuamente de “golpistas” e “fascistas”. Melhor prova de que se trata de meros discursos ideológicos não se poderia exigir.

Da minha parte, meus escritos políticos dividem-se entre a busca de conceitos descritivos cientificamente fundados e a aplicação desses conceitos ao diagnóstico de situações concretas, complementado às vezes por prognósticos que, ao longo de mais de vinte anos, jamais deixaram de se cumprir.

Dessas duas partes, a primeira está documentada nas minhas apostilas de aulas (especialmente dos cursos que dei na PUC do Paraná), a segunda nos meus artigos de jornal.

Os leitores destes últimos não têm acesso direto à fundamentação teórica, mas encontram neles indicações suficientes de que ela existe, de que não se trata de opiniões soltas no ar, mas, como observou Martin Pagnan, de ciência política no sentido estrito em que a compreendia o seu mestre e amigo, Eric Voegelin.

Não há, entre os mais incensados “formadores de opinião” deste país -- jornalísticos ou universitários --, um só que tenha a capacidade requerida, já não digo para discutir esse material, mas para apreendê-lo como conjunto.

Descrevo aí as coisas como as vejo por meio de instrumentos científicos de observação, pouco me importando se vou “dar a impressão” de ser democrata ou fascista, socialista, neocon, sionista, católico tradicionalista, gnóstico ou muçulmano.

Tanto que já fui chamado de todas essas coisas, o que por si já demonstra que os rotuladores não estão interessados em diagnósticos da realidade, mas apenas em inventar, naquilo que lêem, o perfil oculto do amigo ou do inimigo, para saber se, na luta ideológica, devem louvá-lo ou achincalhá-lo.

A variedade mesma das ideologias que me atribuem é a prova cabal de que não subscrevo nenhuma delas, mas falo numa clave cuja compreensão escapa ao estreito horizonte de consciência dos ideólogos que hoje ocupam o espaço inteiro da mídia e das cátedras universitárias.

Suas reações histéricas e odientas, suas poses fingidas de superioridade olímpica, sua invencionice entre maliciosa e pueril, seus afagos teatrais de condescendência paternalista entremeados de insinuações pérfidas, são os sintomas vivos de uma inépcia coletiva monstruosa, como jamais se viu antes em qualquer época ou nação.

O que neste país se chama de “debate político” é de uma miséria intelectual indescritível, que por si só já fornece a explicação suficiente do fracasso nacional em todos os domínios – economia, segurança pública, justiça, educação, saúde, relações internacionais etc.

Digo isso porque a intelectualidade falante demarca a envergadura e a altitude máximas da consciência de um povo. Sua incapacidade e sua baixa, que venho documentando desde os tempos do Imbecil Coletivo (1996), mas que depois dessa época vieram saltando do

alarmante ao calamitoso e daí ao catastrófico e ao infernal, refletem-se na degradação mental e moral da população inteira.

De todos os bens humanos, a inteligência – e inteligência não quer dizer senão consciência – se distingue dos demais por um traço distintivo peculiar: quanto mais a perdemos, menos damos pela sua falta. Aí as mais óbvias conexões de causa e efeito se tornam um mistério inacessível, um segredo esotérico impensável. A conduta desencontrada e absurda torna-se, então, a norma geral.

Durante quarenta anos, os brasileiros deixaram, sem reclamar, que seu país se transformasse no maior consumidor de drogas da América Latina; deixaram que suas escolas se tornassem centrais de propaganda comunista e bordéis para crianças; deixaram, sem reclamar, que sua cultura superior fosse substituída pelo império de farsantes semi-analfabetos; deixaram, sem reclamar, que sua religião tradicional se prostituísse no leito do comunismo, e correram para buscar abrigo fictício em pseudo-igrejas improvisadas onde se vendiam falsos milagres por alto preço; deixaram, sem reclamar, que seus irmãos fossem assassinados em quantidades cada vez maiores, até que toda a nação tivesse medo de sair às ruas e começasse a aprisionar-se a si própria atrás de grades impotentes para protegê-la; deixaram, sem reclamar, que o governo tomasse as suas armas, e até se apressaram em entregá-las, largando suas famílias desprotegidas, para mostrar o quanto eram bonzinhos e obedientes. Depois de tudo isso, descobriram que os políticos estavam desviando verbas do Estado, e aí explodiram num grito de revolta: "Não! No nosso rico e santo dinheirinho ninguém mexe!"

A rebelião popular contra os comunolarápios não nasce de nenhuma indignação moral legítima, mas emana da mesma mentalidade dinheirista que inspira os corruptos mais cínicos.

Não só o dinheiro é aí o valor mais alto, talvez o único, mas tudo parece inspirar-se na regra: "Eu também quero, senão eu conto para todo mundo." É óbvio que, se essa mentalidade não prevalecesse no nosso meio social, jamais a corrupção teria subido aos níveis estratosféricos que alcançou com o Mensalão, o Petrolão etc.

O ódio ao mal não é sinal de bondade e honradez: faz parte da dialética do mal odiar-se a si mesmo, mover guerra a si mesmo e proliferar por cissiparidade.

O mais significativo de tudo é que fenômeno de teratologia moral tão patente, tão visível e tão escandaloso não mereça sequer um comentáriozinho num jornal, quando deveria ser matéria de mil estudos sociológicos.

Querem maior prova de que os luminares da mídia e das universidades não têm o menor interesse em conhecer a realidade, mas somente em promover suas malditas agendas ideológicas?

Foi por isso que, mais de vinte anos atrás, cheguei à conclusão de que toda solução política para os males do país estava, desde a raiz, inviabilizada pelo caráter fútil e perverso das discussões públicas.

Só havia um meio – difícil e trabalhoso, mas realista -- de mudar para melhor o curso das coisas neste país, e esse curso não passava pela ação político-eleitoral. Era preciso seguir, "sem parar, sem precipitar e sem retroceder", como ensinava o Paulo Mercadante, as seguintes etapas:

1. Revigorar a cultura superior, treinando jovens para que pudessem produzir obras à altura daquilo que o Brasil tinha até os anos 50-60 do século passado.
2. Higienizar, assim, o mercado editorial e a mídia cultural, criando aos poucos um novo ambiente consumidor de alta cultura e saneando, dessa maneira, os debates públicos.

3. Sanear a grande mídia, mediante pressão, boicote e ocupação de espaços.
4. Sanear o ambiente religioso -- católico e protestante.
5. Sanear, gradativamente, as instituições de ensino.
6. Por fim, elevar o nível do debate político, fazendo-o tocar nas realidades do país em vez de perder-se em chavões imateriais e tiradas de retórica vazia. Esta etapa não seria atingida em menos de vinte ou trinta anos, mas não existe “caminho das pedras”, não há solução política, não há fórmula ideológica salvadora. Ou se percorrem todas essas etapas, com paciência, determinação e firmeza, ou tudo não passará de uma sucessão patética de ejaculações precoces.

Esse é o projeto a que dediquei minha vida, e do qual os artigos que publico na mídia não são senão uma amostra parcial e fragmentária. Imaginar que fiz tudo o que fiz só para criar um “movimento de direita” é, na mais generosa das hipóteses, uma estupidez intolerável. Quanto ao item número um, não se impressionem com os apressadinhos que, tendo absorvido superficialmente alguns ensinamentos meus, já quiseram sair por aí, brilhando e pontificando, numa ânsia frenética de aparecer como substitutos melhorados do Olavo de Carvalho.

Esses são apenas a espuma, bolhas de sabão que o tempo se encarregará de desfazer. Tenho ainda uma boa quantidade de alunos sérios que continuam se preparando, em silêncio, para fazer o bom trabalho no tempo devido.

Direitista à força

Diário do Comércio, 19 de maio de 2014

Desde que comecei a ler livros, meu sonho era um dia emergir do meio social culturalmente depressivo e ter um círculo de amigos com quem pudesse conversar seriamente sobre arte, literatura, filosofia, religião, as perplexidades morais da existência e a busca do sentido da vida – o ambiente necessário para um escritor desenvolver sua autoconsciência e seus talentos. Li centenas de biografias de escritores e todos eles tiveram isso.

Nunca realizei esse sonho, nunca tive esse ambiente estimulante. Por volta dos quarenta anos, entendi que não o teria nunca, e decidi que minha obrigação era fazer tudo para que outros o tivessem.

Minha atividade de ensino é voltada toda para isso. É com profundo desprezo que ouço gente dizendo que o objetivo dos meus esforços é "criar um movimento de direita".

Não conheço coisa mais inútil do que tomadas de posição doutrinal em política. O sujeito adota certas regras gerais e delas deduz o que se deve fazer na prática. Por exemplo, acredita em liberdade individual e daí conclui que não se pode proibir o consumo de cocaína e crack. Ou acredita em justiça social e por isso acha que o governo deve controlar todos os preços e salários.

O que caracteriza esse tipo de pensamento é a arbitrariedade das premissas, escolhidas na base da pura preferência pessoal, e o automatismo mecânico do raciocínio que leva às conclusões. No Brasil, praticamente todas as diferenças entre direita e esquerda se definem assim.

A coisa torna-se ainda pior pela tendência incoercível de raciocinar a partir de figuras de linguagem, chavões e clichês, em vez de conceitos descritivos criticamente elaborados. Isso torna o "debate político nacional" um duelo entre fetiches verbais imantados de uma carga emocional quase psicótica. Os fatos concretos, a complexidade das situações, as diferenças entre níveis de realidade, o senso das proporções e das nuances, ficam fora da conversa.

Aristóteles já ensinava que a política não é uma ciência teórico-dedutiva, na qual as conclusões se seguissem matematicamente das premissas, mas uma ciência prática enormemente sutil, onde tudo dependia da frónesis, o senso da prudência, assim como do exercício da dialética. Mas a dialética é a arte de seguir ao mesmo tempo duas ou mais linhas de raciocínio, e a impossibilidade de fazer isso é, dentre as 28 deficiências de inteligência assinaladas pelo pedagogo israelense Reuven Feuerstein, certamente a mais disseminada entre estudantes, professores, jornalistas e formadores de opinião no Brasil. Não raro essa deficiência é tão arraigada que chega a determinar, por si, toda a forma mentis de alguma personalidade falante. Naquilo que neste país se chama um "debate", o

que se observa nos contendores é a incapacidade de apreender o argumento do adversário, a ausência de uma verdadeira relação intelectual, substituída pela reiteração de opiniões prontas que o debate em nada enriquece.

O que me colocou contra a esquerda nacional desde o início dos anos 90 não foi nenhuma tomada de posição "liberal" ou "conservadora", mas a simples constatação de dois fatos: 1) a instrumentalização política das instituições de cultura e ensino pela "revolução gramsciana" estava acabando com a vida intelectual no Brasil e em breve iria reduzi-la a zero, como de fato veio a acontecer; 2) a opção preferencial dos partidos de esquerda pelo lumpenproletariat, tomado erroneamente como sinônimo de "povo" por influência residual de Herbert Marcuse, estava destinada a transformar a existência cotidiana dos brasileiros no carnaval sangrento que hoje vemos por toda parte.

Como é óbvio e patente que a solução de quaisquer problemas na sociedade depende da dose de inteligência circulante e do nível de consciência moral da população, daí decorria que, para denunciar a atividade maligna da esquerda nacional, que estava destruindo essas duas coisas, não era preciso que eu me definisse quanto àqueles inumeráveis pontos específicos de política econômico-social em que tanto se deliciam os doutrinários de todos os partidos e que em muitos casos eu considerava superiores à minha capacidade de análise.

Nos meus artigos, aulas e conferências, como o pode atestar qualquer observador isento, não se trata nunca de advogar determinada política em particular, mas apenas de lutar para que as condições intelectuais e morais mais genéricas e indispensáveis a qualquer debate político saudável não se percam ao ponto de desaparecer por completo do horizonte de consciência da classe nominalmente "intelectual".

Quando essas condições forem restauradas, não terei a menor dificuldade de me voltar para assuntos da minha preferência e deixar que o debate político transcorra normalmente sem a minha gentil intervenção.

Mas o fato é que, se a deterioração mental do País começou já no tempo dos militares, logo depois a esquerda triunfante a agravou ao ponto da mais desesperadora calamidade, e o fez de propósito, planejadamente, maquiavelicamente, disposta a tudo para impor, de um lado, a hegemonia cultural de cabos eleitorais, agitadores de botequim e doutores salafrários com carteirinha do Partido; de outro, a beatificação do lumpenproletariado e a completa perversão da consciência moral na população brasileira.

Até o momento nenhum partido de esquerda deu o menor sinal de arrependimento. Ao contrário, cada um se esmera na autoglorificação como se fosse uma plêiade de heróis e santos. Assim, não me deixam remédio senão estar na direita, no mínimo porque esta, no momento, não tem os meios de concorrer com a esquerda na prática do mal.

Militância e realidade

Zero Hora, 6 de março de 2004

Ser um militante é estar inserido numa organização política, submetido a uma linha de comando e envolvido por uma atmosfera de camaradagem e cumplicidade com os membros da mesma organização. Ser um simpatizante ou um “companheiro de viagem” é estar mergulhado nessa atmosfera, obedecendo à mesma linha de comando não por um comprometimento formal como os militantes mas por hábito, por expectativa de vantagens ou convivência emocional.

Sem uma rede de militantes, simpatizantes e companheiros de viagem, não existe ação política. Com ela, a ação política, se não limitada por fatores externos consolidados historicamente – a religião e a cultura em primeiro lugar -- pode estender-se a todos os domínios da vida social, mesmo os mais distantes da “política” em sentido estrito, como por exemplo a pré-escola, os consultórios de aconselhamento psicológico e sexual, as artes e espetáculos, os cultos religiosos, as campanhas de caridade, até a convivência familiar. A diferença entre os partidos constitucionais normais e os partidos revolucionários é que aqueles limitam sua esfera de ação à área permitida pela cultura e pela religião, ao passo que os partidos revolucionários destroem a cultura e a religião para remoldá-las à imagem e semelhança de seus ideais políticos.

Abolindo os freios tradicionais – o que é fácil num país de cultura superficial como o Brasil --, a organização da militância revolucionária transforma todos os ramos da atividade social, todas as conversações, todos os contatos humanos, mesmo os mais aparentemente apolíticos e ingênuos, em instrumentos não-declarados de expansão do poder do partido. Sei que essa concepção é monstruosa, mas ela não é minha. É de Antonio Gramsci. Uma vez que ela seja posta em execução numa dada sociedade e aí alcance razoável sucesso, toda a existência humana nessa sociedade será afetada de hipocrisia e duplicidade, pois aí praticamente não haverá ato ou palavra, por mais inocente ou espontâneo, que não sirva, consciente ou inconscientemente, a uma dupla finalidade: aquela que seu agente individual tem em vista no seu horizonte de consciência pessoal, e aquela a que serve, volens nolens, no conjunto da estratégia de transformação política que canaliza invisivelmente os efeitos de suas ações para a confluência num resultado geral que ele seria incapaz de calcular e até de conceber.

Uma vez desencadeado esse processo, a completa degradação moral e intelectual da sociedade segue-se como um efeito inevitável, mas isso é vantajoso para o partido, pois acelera o processo de mudança revolucionária e pode ser utilizado ainda como material de

propaganda contra a “sociedade degradada” por aqueles mesmos que a deterioraram, os quais assim obtêm de suas más ações o lucro indiscutível de ocupar sempre a tribuna dos acusadores enquanto as vítimas ficam no banco dos réus.

Mas os agentes condutores não saem ilesos do processo que desencadearam. No curso das transformações revolucionárias, terão de se esmerar na arte do discurso duplo, justificando seus atos perante o público geral segundo os valores correntemente admitidos, e segundo as metas partidárias para o círculo dos militantes que as conhecem e as compartilham. À medida que estas metas vão sendo alcançadas, é preciso reajustar as duas faixas do discurso ao novo padrão de equilíbrio instável resultante do arranjo momentâneo entre o “antigo” e o “novo”, isto é, entre o que o público em geral imagina que está acontecendo e o mapa de um trajeto só conhecido pela elite dirigente partidária. Esses reajustes não são só artificios retóricos para ludibriar o povo. São revisões do caminho para reorientar os próprios dirigentes e implementar as adaptações táticas necessárias a cada momento.

Quem nunca militou num partido revolucionário mal pode imaginar a frequência e a intensidade dessas revisões, nem as prodigiosas dificuldades que elas comportam. E só quem tem alguma idéia disso pode compreender as contradições de um governo de transição revolucionária, distinguindo as aparentes das reais. Praticamente a totalidade dos comentários políticos que circulam sobre o governo Lula refletem apenas a inabilidade de fazer essa distinção.

Ciência e ideologia

O Globo, 20 set. 2003

Vinte e quatro séculos atrás, Sócrates, Platão e Aristóteles lançaram as bases do estudo científico da sociedade e da política. Muito se aprendeu depois disso, mas os princípios que eles formularam conservam toda sua força de exigências incontornáveis. O mais importante é a distinção entre o discurso dos agentes e o discurso do cientista que o analisa. Doxa (opinião) e epistemê (ciência) são os termos que os designam respectivamente, mas estas palavras tanto se desgastaram pelo uso que para torná-las novamente úteis é preciso explicar seu sentido em termos atualizados. Foi o que fez Edmund Husserl com a distinção entre o discurso “pré-analítico” e o discurso tornado consciente pela análise de seus significados embutidos.

“Pré-analítico” é o discurso que tem vários significados confusamente mesclados e por isso não serve para descrever nenhuma realidade objetiva, apenas para expressar o estado de espírito -- ele próprio confuso -- da pessoa que fala. Mas esse estado de espírito, esse amálgama de desejos, temores, anseios e expectativas, é por sua vez um componente da situação objetiva. Por meio da análise, o estudioso decompõe os discursos dos vários agentes em distintas camadas de intenções e redesenha a situação segundo um mapa que pode sair bem diverso daquele imaginado pelos agentes.

Por exemplo, na linguagem corrente podemos opor o comunismo ao anticomunismo como duas “ideologias”. Objetivamente, porém, o comunismo tem uma história contínua de 150 anos e, malgrado todas as suas dissidências e variantes, é um movimento histórico identificável, uma “tradição” que se prolonga justamente por meio do conflito interno. Já o “anticomunismo” abrange movimentos sem nenhuma conexão ou parentesco entre si, que coincidem em rejeitar uma mesma ideologia por motivos heterogêneos e incompatíveis. Só para dar um exemplo extremo, o rabino Menachem Mendel Schneerson, célebre ativista anti-soviético, era anticomunista por ser judeu ortodoxo; Joseph Goebbels era anticomunista por achar que o comunismo era uma conspiração judaica.

Comunismo e anticomunismo só constituem espécies do mesmo gênero quando considerados como puras intenções verbais desligadas de suas encarnações históricas, isto é, da única realidade que possuem. O comunismo é uma “ideologia”, isto é, um discurso de autojustificação de um movimento político identificável. O anticomunismo não é uma ideologia de maneira alguma, mas a simples rejeição crítica de uma ideologia por motivos que, em si, não têm de ser ideológicos, embora possam ser absorvidos no corpo de diversas ideologias.

Outro exemplo. O conceito nazista de “judeu” não correspondia a nenhuma realidade objetiva, e sim a um complexo de projeções imaginárias. Mas este complexo, por sua vez, expressava muito bem o que o nazista gostaria de fazer com as pessoas nas quais a imagem projetada se encaixasse de algum modo. Esse desejo, por sua vez, coincidia com os de seus companheiros de partido e dava ao nazista um senso de identidade como participante de um empreendimento coletivo, cuja unidade se reconhecia no ódio comum ao símbolo do seu inimigo ideal.

Os líderes nazistas estavam conscientes disso. Hitler declarou-o expressamente nas suas confissões a Hermann Rauschning, e Goebbels, quando o cineasta Fritz Lang recusou um cargo no governo alegando ter mãe judia, respondeu: “Quem decide quem é ou quem não é judeu sou eu.” Mas a massa dos militantes imaginava estar despejando seu rancor sobre um inimigo preciso e bem definido.

Não é preciso dizer que os conceitos comunistas do “burguês” e do “proletário” são igualmente fantasmagóricos -- se bem que envoltos numa embalagem intelectualmente mais elegante. O próprio historiador marxista E. P. Thompson reconheceu que é impossível distinguir um “proletário” por traços econômicos objetivos: é preciso acrescentar informações culturais e até psicológicas -- entre as quais, é claro, a própria auto-imagem do sujeito que se sente integrado nas “forças proletárias” pelo ódio à imagem do “burguês”.

Os kulaks, que foram mortos aos milhões na URSS, eram nominalmente “camponeses ricos”. Ninguém sabia dizer se para ser catalogado como “rico” era preciso ter uma vaca, duas vacas ou talvez uma dúzia de galinhas, mas isso pouco interessava: o kulak era um símbolo, e a militância comunista no campo consistia em odiá-lo. A força da identidade grupal comunista, reiterada pelos constantes discursos de ódio, se projetava sobre o kulak e lhe conferia uma aparência de realidade social perfeitamente nítida. Por isso o militante não sentia ter errado de alvo quando matava um camponês que não tivesse vacas nem galinhas, mas apenas um ícone da igreja russa na parede. A crença religiosa transferia a vítima para outra classe econômica.

Também é evidente que o “latifundiário”, objeto de ódio do MST, não é nenhuma classe objetivamente identificável, mas um símbolo do malvado acumulador de bens agrários socialmente estéreis, símbolo que pode se ajustar, conforme as circunstâncias, até aos empreendimentos agrícolas mais úteis e benéficos, poupando de qualquer censura mais grave a imensidão de terras improdutivas do próprio MST.

É analisando e decompondo esses compactados verbais e comparando-os com os dados disponíveis que o estudioso pode chegar a compreender a situação em termos bem diferentes daqueles do agente político. Mas também é certo que os próprios conceitos científicos daí obtidos podem se incorporar depois no discurso político, tornando-se

expressões da doxa. É isso, precisamente, o que se denomina uma ideologia: um discurso de ação política composto de conceitos científicos esvaziados de seu conteúdo analítico e imantados de carga simbólica. Então é preciso novas e novas análises para neutralizar a mutação da ciência em ideologia.

Ignorando o essencial

Diário do Comércio, 3 de abril de 2009

Há alguns dados históricos elementares sobre o movimento comunista, ignorados pela maioria e mal conhecidos ou bem esquecidos pelas minorias letradas e dirigentes, sem os quais é impossível, literalmente impossível entender o que quer que seja da história recente. Se você procurar se informar a respeito e começar a levar esses dados em conta, verá quanta coisa obscura se esclarece automaticamente, sem necessidade de grande esforço interpretativo.

1. O comunismo foi e é, ao longo da história humana, o único – repito: o único – movimento político organizado em escala mundial, com ramificações e agentes nos lugares mais remotos do planeta, disciplinados e capacitados para entrar em ação de maneira imediata, coordenada e simultânea ao primeiro chamado de seus centros de comando.

2. Embora tendo a seu serviço uma quantidade enorme de organizações e partidos de massa, o comunismo é substancialmente um movimento clandestino, cujo comando e cujos planos de ação devem permanecer invisíveis aos profanos, mesmo nas épocas de legalidade em que várias organizações comunistas atuam publicamente sem sofrer a menor perseguição. O primado da elite clandestina sobre a liderança visível é, pelo menos desde Lênin, uma cláusula pétrea da estratégia comunista. É impossível compreender essa estratégia e as táticas que a implementam levando em conta somente a atuação ostensiva dos líderes comunistas mais visíveis em cada país, sem acesso às discussões internas e às conexões internacionais de cada organização.

3. O comunismo foi e é, em todo o mundo e em todas as épocas, o único movimento político que teve e tem a seu dispor recursos financeiros ilimitados, superiores às maiores fortunas conhecidas no Ocidente e aos orçamentos de muitos governos somados. Suas possibilidades de ação devem ser medidas na escala dos seus recursos.

4. Só uma parcela ínfima da atividade comunista consiste em propaganda doutrinária reconhecível direta ou indiretamente. A parte maior e mais significativa consiste em infiltrar-se e mesclar-se em toda sorte de organizações – partidos políticos (inclusive liberais e conservadores), mídia, sindicatos, empresas estatais e privadas, instituições culturais, educacionais, religiosas e de caridade, Forças Armadas, Maçonaria, a lista não tem fim – de modo a torná-las instrumentos da estratégia comunista e a controlar por meio delas toda a sociedade, fazendo do Partido “um poder onipresente e invisível” (a expressão é de Antonio Gramsci, mas a técnica existia desde muito antes dele). É pueril imaginar que, uma vez inseridos nessas entidades, os comunistas aí se dediquem a

doutrinação ou proselitismo, como se fossem pastores protestantes espalhando o Evangelho entre infiéis. A arregimentação de todas as forças para que sirvam à estratégia comunista é um mecanismo tremendamente sutil e complexo, que envolve doses maciças de camuflagem e despistamento, com muitos lances paradoxais pelo caminho.

5. É tolice imaginar o comunismo como uma “doutrina” ou “ideal”, sobretudo quando se entende por isso a pregação aberta da abolição da propriedade privada. O movimento comunista nunca teve nem precisou ter qualquer unidade doutrinária, e já provou mil vezes sua capacidade de adaptar-se taticamente às fórmulas ideológicas mais díspares, de maneira sucessiva ou simultânea, desnorteando por completo o observador leigo (incluindo os políticos em geral e a quase totalidade dos intelectuais liberais e conservadores). Campanhas ateísticas as mais truculentas, por exemplo, coexistem pacificamente, no seio do movimento comunista, com o aproveitamento do discurso religioso como meio de atingir o coração das massas. Mutatis mutandis, a exploração dos sentimentos nacionalistas extremados vem lado a lado com o esforço de diluir as soberanias nacionais em unidades maiores, regionais ou mundiais, de modo que, por trás da cena, o movimento comunista se beneficia tanto das resistências patrióticas quanto do poder global em ascensão. A unidade do movimento comunista é de tipo estratégico e organizacional, não ideológico. O comunismo não é um conjunto de teses: é um esquema de poder, o mais vasto, flexível, integrado e eficiente que já existiu. Mesmo o radicalismo islâmico, hoje em rápida expansão, nada poderia sem o apoio da rede mundial de organizações comunistas.

6. Tolice maior ainda é imaginar que a oposição lógico-formal entre os conceitos abstratos de capitalismo e comunismo se traduza, na prática, em conflito mortal entre capitalistas e comunistas. À variedade de diferentes situações locais e temporais corresponde uma infinidade de nuances e transições, com um vasto espaço para os arranjos e cumplicidades mais estranhos em aparência (só em aparência). Ninguém entenderá nada do mundo histórico em que vive hoje se não tiver em conta a longa colaboração entre o movimento comunista e algumas das maiores fortunas do Ocidente, por exemplo Morgan, Rockefeller e Rothschild. Os livros clássicos a respeito são os do economista inglês Anthony Sutton, mas já em 1956 o Comitê Reece da Câmara de Representantes dos EUA levantou provas substanciais de que algumas fundações bilionárias estavam usando seus recursos formidáveis “para destruir ou desacreditar o sistema de livre empresa que lhes deu nascimento”. Essas fundações estão hoje entre os mais robustos pilares de suporte do governo socialista de Barack Hussein Obama.

O desconhecimento ou incompreensão desses fatos entre liberais e conservadores está na raiz de sua incapacidade de opor uma resistência séria à marcha triunfante do comunismo na América Latina. Muitos ainda acreditam, por exemplo, que será uma grande vitória da democracia obrigar as Farc a abandonar a luta armada para transformar-se em partido

legal. Não entendem que criar uma força política reconhecida é, no fim das contas, o único objetivo da luta armada – na Colômbia ou em qualquer outro lugar. Guerrilhas não vencem guerras: tudo o que desejam é uma derrota politicamente vantajosa. Por isso, ao mesmo tempo que trocam tiros com as forças do governo, na selva e nas cidades, colocam seus agentes em postos-chave dos partidos esquerdistas legais, de onde clamam contra o derramamento de sangue e apelam dramaticamente ao retorno da legalidade. Fizeram isso no Brasil, fazem agora na Colômbia.

Enquanto os liberais e conservadores não obtiverem uma clara visão de conjunto do fenômeno enormemente complexo do comunismo, enquanto insistirem em se opor somente às facetas mais imediatas e repugnantes desse movimento, se não apenas às doutrinas comunistas consideradas abstratamente, estarão condenados à derrota mesmo quando se julgam vencedores.

O fato de que jamais tenha havido uma internacional anticomunista torna difícil para muitas pessoas obter essa visão de conjunto, que os próprios comunistas obtêm tão facilmente. Mas a ausência de suporte social não pode servir de desculpa para a preguiça intelectual. Há sempre algumas inteligências individuais capazes de raciocinar acima das perspectivas grupais, quando existem, ou sem elas, quando não existem. Nada justifica que essas inteligências permaneçam à margem das discussões públicas, deixando aos ignorantes o monopólio dos microfones. Neste como em todos os demais assuntos humanos, quem não estudou nada está cheio de certezas simplórias e as proclama com um ar de tremenda superioridade, sem perceber o papel ridículo que faz. Quem estudou fica às vezes parecendo maluco ou excêntrico, mas, afinal, para que é que alguém estuda, se não é para ficar sabendo de algo que a maioria não sabe?

Basta! Fora!

Diário do Comércio, 11 de junho de 2015

Volto a explicar, agora ponto por ponto, a catástrofe estratégica monstruosa com que o PT destruiu a si mesmo e à nação.

1. No incipiente capitalismo brasileiro, as grandes empresas são quase sempre sócias do Estado, o único cliente que pode remunerá-las à altura dos serviços que prestam.

2. Por isso elas acabam se incorporando ao “estamento burocrático” de que falava Raymundo Faoro: o círculo dos “donos do poder”, que fazem da burocracia estatal o instrumento dócil dos seus interesses grupais, em vez da máquina administrativa impessoal e científica que ela é nas democracias normais.

3. Nesse sentido, o sistema econômico brasileiro não é capitalista nem socialista, mas sim patrimonialista, como destacaram, além do próprio Faoro, vários estudiosos de orientação liberal, entre os quais Ricardo Velez Rodriguez, Antonio Paim e o embaixador J. O. de Meira Penna.

4. Nos anos 70 do século passado os intelectuais de esquerda que sonhavam em formar um grande partido de massas tomaram conhecimento do livro de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*, então lançado em aumentadíssima segunda edição, e entenderam que o curso normal da revolução brasileira não deveria ser propriamente anticapitalista, mas antipatrimonialista: o ponto focal do combate já não seria propriamente “o capitalismo”, e sim – com nomes variados -- o “estamento burocrático”.

5. A definição do alvo era corretíssima, mas, ao mesmo tempo, o partido, como aliás toda a esquerda nacional, estava intoxicado de gramscismo e ansioso por tomar o poder por meio dos métodos do fundador do Partido Comunista Italiano, que preconizavam a infiltração generalizada e a “ocupação de espaços” destinadas a criar a “hegemonia”, isto é o controle do imaginário popular, da cultura, de modo a fazer do partido “o poder onipresente e invisível de um imperativo categórico, de um mandamento divino”.

6. A aplicação do esquema gramscista obteve mais sucesso no Brasil do que em qualquer outro país do mundo. Por volta dos anos 80, o modo comunopetista de pensar já havia se tornado tão habitual e quase natural entre as classes falantes no país, que os liberais e conservadores, inimigos potenciais dessa corrente, abdicaram de todo discurso próprio e, para se fazer entender, tinham de falar na linguagem do adversário, reforçando-lhe a hegemonia ideológica, mesmo quando obtinham sobre ele alguma modesta vitória eleitoral em troca. Entre os anos 90 e a década seguinte, toda política “de direita” havia desaparecido do cenário público, deixando o campo livre para a concorrência exclusiva

entre frações da esquerda, separadas pela disputa de cargos apenas, sem nenhuma divergência séria no terreno ideológico ou mesmo estratégico.

7. O sucesso da operação produziu sem grandes dificuldades a vitória eleitoral de Lula numa eleição presidencial na qual, como ele próprio reconheceu, todos os candidatos eram de esquerda, o que canalizava os votos quase espontaneamente na direção daquele que personificasse o esquerdismo da maneira mais consagrada e mais típica.

8. Com Lula na Presidência, intensificou-se formidavelmente a “ocupação de espaços”, fortalecendo a hegemonia ao ponto de levar ao completo aparelhamento da máquina estatal pelo comando comunopetista, que ao mesmo tempo precisava da ajuda das grandes empresas para cumprir o compromisso assumido no Foro de São Paulo, coordenação estratégica da política comunista no continente, no sentido de amparar e salvar do naufrágio os regimes e movimentos comunistas moribundos espalhados por toda parte.

9. Inevitavelmente, assim, o próprio partido governante se transformou no “estamento burocrático” que ele havia jurado destruir. E, imbuído da fé cega nos altos propósitos que alegava, atribuiu-se em nome deles o direito de trapacear e roubar em escala incomparavelmente maior que a de todos os seus antecessores, sem admitir acima de si nenhuma autoridade moral à qual devesse prestar satisfações. O próprio sr. Lula expressou esse sentimento com candura admirável, afirmando-se o mais insuperavelmente honesto dos brasileiros, ao qual ninguém teria o direito de julgar – e isso no momento em que seu partido, abalado por uma tremenda sucessão de escândalos, já era conhecido no país todo como o partido-ladrão por excelência.

10. Assim, não apenas o PT fortaleceu o patrimonialismo, como frisou o cientista político Ricardo Velez Rodriguez, mas se transformou ele próprio na encarnação mais pura e aparentemente mais indestrutível do poder patrimonialista, soldando numa liga indissolúvel a ilimitada pretensão esquerdista ao monopólio da autoridade moral, os anseios do movimento comunista continental, os interesses de grandes grupos industriais e bancários, o aparato cultural amestrado (mídia, show business, universidades) e, last not least, o instinto de sobrevivência da classe política praticamente inteira.

11. Tal foi o resultado da síntese macabra que denominei faoro-gramscismo -- a tentativa de realizar por meio da estratégia de Antonio Gramsci a revolução antipatrimonialista preconizada por Raymundo Faoro: na medida em que, ao mesmo tempo, instigava o ódio popular ao “estamento burocrático” e, por meio da “ocupação de espaços”, se transfigurava ele próprio no inimigo odiado, personificando-o com traços repugnantes aumentados até o nível do absurdo e do inimaginável, o PT acabou por atrair contra si próprio, em escala ampliada, a hostilidade justa e compreensível da população aos “donos do poder”, aos príncipes coroados do Estado cleptocrático.

12. Ao longo do processo, a “ocupação de espaços” reduziu o sistema de ensino e o conjunto das instituições de cultura a instrumentos para a formação da militância e a repressão ao livre debate de ideias, destruindo implacavelmente a alta cultura no país e, na

mesma medida, estupidificando a opinião pública para desarmar sua capacidade crítica. Ao mesmo tempo, no desejo de agradar a vários “movimentos de minorias” enxertados no Brasil por organismos internacionais, o governo petista fez tudo o que podia para dismantlar o sistema dos valores mais caros à maioria da população, contribuindo para espalhar a confusão moral, a anomia e a criminalidade, esta última particularmente favorecida por legislações que não se inspiravam propriamente em Antonio Gramsci, mas numa fonte mais remota do pensamento esquerdista, a apologia do Lumpenproletariat como classe revolucionária, muito em voga nos anos 60 do século XX.

O Brasil que o PT criou é feio, miserável, repugnante, tormentoso e absolutamente insustentável. Cumprida a sua missão histórica de encarnar, personificar e amplificar o mal que denunciava, o único partido da História que fomentou uma revolução contra si mesmo tem a obrigação de ser coerente e desaparecer do cenário o mais breve possível.

Por isso a mensagem que o povo lhe envia nas ruas, nos painéis, nas vaias e nas sondagens de opinião é hoje a mesma que, em circunstâncias muito menos deprimentes e muito menos alarmantes, surpreendeu o desastrado e atônito presidente João Goulart em 1964:

- Basta! Fora!

A oligarquia contra o povo

Diário do Comércio, 27 de agosto de 2015

Interrompo temporariamente as considerações teóricas da série “Ilusões democráticas” para analisar brevemente o atual estado de coisas.

A premissa básica para se chegar a compreender a presente situação política do Brasil é a seguinte: o PT não subiu ao poder para implantar o comunismo no Brasil, mas para salvar da extinção o movimento comunista na América Latina e preparar o terreno para uma futura tomada do continente inteiro pelo comunismo internacional.

É fácil comprovar isso pelas atas das assembleias do Foro de São Paulo, o qual foi fundado justamente para a realização desse plano.

Na operação, o Brasil exerceria não somente a função de centro decisório e estratégico, mas o de provedor de recursos para os governos e movimentos comunistas falidos.

No décimo-quinto aniversário do Foro, em 2015, o comando das FARC, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, reconheceu em documento oficial que a fundação desse organismo pelo PT havia pura e simplesmente salvado da extinção o comunismo latino-americano, debilitado e minguate desde a queda do regime soviético.

Para a consecução do plano, era necessário que o PT no governo prosseguisse na aplicação firme e constante da estratégia gramsciana da “ocupação de espaços” e da “revolução cultural”, aliando-se, ao mesmo tempo, a grandes grupos econômicos que pudessem subsidiar e consolidar, pouco importando se por meios lícitos ou ilícitos, a instrumentalização partidária do Estado, o controle da classe política, a supressão de toda oposição ideológica possível e a injeção de dinheiro salvador em vários regimes e movimentos comunistas moribundos.

Basta isso para explicar por que o então presidente Lula pôde ser, numa mesma semana, homenageado no Fórum Social Mundial pela sua fidelidade ao comunismo e no Fórum Econômico de Davos pela sua adesão ao capitalismo, tornando-se assim o enigmático homem de duas cabeças que os “verdadeiros crentes” da direita acusavam de comunista e os da esquerda de vendido ao capitalismo.

Mas as duas cabeças, no fundo, pensavam em harmonia: a confusão ideológica só podia favorecer aqueles que, por trás dos discursos e slogans, tinham um plano de longo prazo e a determinação de trocar de máscara quantas vezes fosse necessário para realizá-lo.

O plano era bom, em teoria, mas os estrategistas iluminados do comunopetismo se esqueceram de alguns detalhes:

1. Dominando a estrutura inteira do Estado em vez de se contentar com o Executivo, o partido se transformou no próprio “estamento burocrático” que antes ele jurava combater. Já expliquei isso em artigo anterior (leia aqui).
2. O apoio dos grandes grupos econômicos o descaracterizava ainda mais como “partido dos pobres” e o identificava cada vez mais com a elite privilegiada que ele dizia odiar.
3. O uso maciço das propinas e desvios de verbas como instrumentos de controle da classe política tornava o partido ainda mais cínico, egoísta e desonesto do que essa elite jamais tivera a ousadia de ser. O PT tornou-se a imagem por excelência da elite criminoso e exploradora.
4. O PT havia sido, na década de 90, a força mais ativa nas campanhas que sensibilizaram o povo para o fenômeno da corrupção entre os políticos. Ele criou. Assim, a atmosfera de revolta e até a linguagem do discurso de acusação que haveriam de fazer dele próprio, no devido tempo, o mais odioso dos réus.
5. A “revolução cultural”, a “ocupação de espaços” e a instrumentação do Estado deram ao PT os meios de fazer uma “revolução por cima”, mas o deixaram desprovido de toda base popular autêntica. Ao longo dos anos, pesquisas atrás de pesquisas demonstravam que o povo brasileiro continuava acentuadamente conservador, odiando com todas as suas forças as políticas abortistas e a “ideologia de gênero” que o partido comungava gostosamente com a elite financeira e com o “proletariado intelectual” das universidades e do show business.

Desprovidas as massas de todo meio de expressar-se na mídia e de canais partidários para fazer valer a sua opinião, no coração do povo foi crescendo uma revolta surda, inaudível nas altas esferas, que mais cedo ou mais tarde teria de acabar eclodindo à plena luz do dia, como de fato veio a acontecer, surpreendendo e abalando a elite petista ao ponto de despertar nela as reações mais desesperadas e semiloucas, desde a afetação grotesca de tranquilidade olímpica até a fanfarronada do apelo às “armas” seguido de trêmulas desculpas esfarrapadas.

A convergência de todos os fatores produziu um resultado que só pessoas de inteligência precária como os nossos congressistas, os nossos cientistas políticos e os nossos analistas midiáticos não conseguiriam prever: quando a mídia pressionada pelas redes sociais e pela plethora de denúncias judiciais desistiu de continuar acobertando os crimes do PT (voltarei a isto em artigo próximo), a revolta contra o esquema comunopetista tomou as ruas, nas maiores manifestações de protesto de toda a nossa História e, mesmo fora dos dias de passeata, continuou se expressando por toda parte sob a forma de vaias e panelaços, obrigando os falsos ídolos a esconder-se em casa, sem poder mostrar suas caras nem mesmo nos restaurantes.

As pesquisas mostram que o apoio popular ao PT é hoje de somente um por cento, já que seis dos famosos sete consideram o governo apenas “regular”, isto é, tolerável.

Como é possível que um partido assim desprezado, odiado e achincalhado pela maioria

ostensiva da população continue se achando no direito de governar e habilitado a salvar o país mediante desculpinhas grotescas que, à acusação de crimes, respondem com uma confissão de “erros”?

Em que se funda o poder que o PT, acuado e desmoralizado, continua a desfrutar? Esse poder funda-se em apenas quatro coisas:

1. O apoio da oligarquia cúmplice.
2. A militância subsidiada, cada vez mais escassa, incapaz de mobilizar-se sem o estímulo dos sanduíches de mortadela, dos cinquenta reais e do transporte em ônibus, tudo pago com dinheiro público.
3. O apoio externo, não só do governo Obama, dos organismos internacionais e de alguns velhos partidos da esquerda europeia, mas sobretudo do Foro de São Paulo, já articulado para mover guerra ao Brasil em caso de destituição do PT.
4. Uma militância estudantil, também decrescente, que tudo fará pelas grandes causas idealísticas que a animam: drogas e camisinhas para todos, operações transex pagas pelo governo, banheiros unissex, liberdade de fazer sexo em público no campus, reconhecimento do sexo grupal como “nova modalidade de família” etc. etc.

A base de apoio do PT é uma casquinha da aparência na superfície de uma sociedade em vias de explodir.

O único fator que realmente mantém esse partido no poder é o temor servil com que as forças ditas “de oposição” encaram uma possível crise de governabilidade e, sob a desculpa da “legalidade”, e da “normalidade democrática”, insistem em dar ao comunopetismo uma sobrevida artificial, encarregando a classe política de ajudá-lo a respirar com aparelhos ou pelo menos a matá-lo só aos pouquinhos, de maneira discreta e indolor.

Mas que legalidade é essa? Por favor, leiam:

Constituição Federal, Título I, Art. V, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. ”

Será que o “diretamente” não vale mais? Foi suprimido? Os representantes eleitos adquiriram o direito de decidir tudo por si, contra a vontade expressa do povo que os elegeu? Só eles, e não o povo, representam agora a “ordem democrática”?

Senhores deputados, senadores, generais e importantões em geral: Quem meteu nas suas cabeças que a ordem constitucional é personificada só pelos representantes e não, muito acima deles, por quem os elegeu? Parem se ser hipócritas: defender “as instituições” contra o povo que as constituiu é traição. A vontade popular é clara e indisfarçável: Fora Dilma, Fora PT, Fora o Foro de São Paulo!

Contra a vontade popular, a presidente, seus ministros, o Congresso inteiro e o comando das Forças Armadas não têm autoridade nenhuma. Se vocês não querem fazer a vontade do povo, saiam do caminho e deixem que ele a faça por si.

Por linhas tortas

Diário do Comércio, 30 de abril de 2015

Na vasta bibliografia sobre temas nacionais, especialmente a assinada por autores de esquerda, não há tópico mais abundantemente estudado, explorado, revirado de alto a baixo, do que “a revolução brasileira”. Perdão. É com maiúsculas: *Revolução Brasileira*. Livros com esse título, ou com essa expressão no título, foram produzidos por Nelson Werneck Sodré, Franklin de Oliveira, Octávio Malta, Celso Furtado, Pessoa de Moraes, Guerreiro Ramos, Azevedo do Amaral, Jamil Almansur Haddad, Florestan Fernandes, Moisés Vinhas, Danton Jobim, Hélio Silva, José Maria Crispim, Celso Brant e uma infinidade de outros, sem contar aqueles, muito mais numerosos, que trataram do mesmo assunto sem ostentá-lo no título.

Pode parecer estranho o interesse quase obsessivo por esse fenômeno num país que não atravessou nenhuma experiência comparável às revoluções da França, da América, da Rússia, da Espanha ou mesmo do México, limitando-se a nossa sanha revolucionária, a escaramuças locais com derramamento de sangue relativamente modesto no ranking internacional.

No entanto, a referência naqueles títulos não é a nenhum episódio histórico em particular, grande ou pequeno. “Revolução brasileira”, na acepção geral que o termo assumiu numa longa tradição de “interpretações do Brasil”, designa algo como um rio que flui, uma história inteira, um processo intermitente na superfície, contínuo no fundo.

Na verdade, não houve um único grande acontecimento histórico que se pudesse chamar “Revolução Brasileira”. É a série inteira dos pequenos que leva esse nome, designando uma intenção, uma teleologia simbólica subjacente a todos eles: o processo pelo qual o povo, inicialmente um bando de desgarrados e escravos mantidos em obediência estrita sob o peso de uma clique de altos funcionários e senhores de terras (mais tarde banqueiros e capitães de indústria), vai aos poucos emergindo de um estado de passividade abjeta para tentar se tornar o senhor e autor da sua própria História, sempre com sucesso inferior às suas mais ambiciosas expectativas, e por isso mesmo fadado a repetir a tentativa de novo e de novo, em escala um pouco maior.

Contra quem se volta precisamente esse processo? Qual a “classe dominante” que se tenta remover de cima para dar espaço à iniciativa popular? As tentativas de defini-la em termos do marxismo ortodoxo, como “burguesia capitalista exploradora do proletariado”,

falharam miseravelmente, tal a língua de proletários e burgueses num país de poucas indústrias, onde a burguesia industrial só conseguiu ela própria algum espaço quando carregada no colo pela ditadura estatista, semifascista, de Getúlio Vargas.

Na verdade, os autores marxistas não conseguiram sequer entrar num acordo quanto às etapas iniciais e mais remotas do processo, anteriores à Independência, uns falando de “feudalismo”, outros de “capitalismo rural”, outros, ainda, propondo a teoria de uma formação socioeconômica *sui generis*, alheia às categorias usuais do marxismo, o “escravismo colonial”.

Quem melhor definiu o vilão da história, a meu ver, foi Raymundo Faoro, no clássico *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro* (Globo, 1958; ainda prefiro a primeira edição à versão reescrita de 1974, mais volumosa).

Partindo de noções obtidas em Max Weber, Faoro redefinia a índole e os objetivos da Revolução Brasileira em termos mais adequados à realidade do que qualquer marxista teria podido fazer no lugar dele. E eu não conseguiria resumir sua tese com mais exatidão do que o fez Fábio Konder Comparato (leia aqui):

“Para Raymundo Faoro, a sociedade brasileira – tal como a portuguesa, de resto – foi tradicionalmente moldada por um estamento patrimonialista, formado, primeiro, pelos altos funcionários da Coroa, e depois pelo grupo funcional que sempre cercou o Chefe de Estado, no período republicano. Ao contrário do que se disse erroneamente em crítica a essa interpretação, o estamento funcional governante, posto em evidência por Faoro, nunca correspondeu àquela burocracia moderna, organizada em carreira administrativa, e cujos integrantes agem segundo padrões bem assentados de legalidade e racionalidade. Não se trata, pois, daquele estamento de funcionários públicos encontrável nas situações de ‘poderio legal com quadro administrativo burocrático’ da classificação weberiana, mas de um grupo estamental correspondente ao tipo tradicional de dominação política, em que o poder não é uma função pública, mas sim objeto de apropriação privada.”

O livro demorou para atrair a atenção pública, mas a segunda edição apareceu como uma balsa para os naufragos numa época em que, esfaceladas as guerrilhas, a esquerda brasileira buscava caminhos para a redemocratização do país e ansiava por um discurso que não soasse demasiado comunista aos ouvidos do governo militar – um esforço cujo primeiro resultado objetivo veio com a fundação do PT em 1980.

Faoro tornou-se quase espontaneamente o santo padroeiro do novo partido. Sua casa era frequentada assiduamente pelo sr. Luís Inácio Lula da Silva, que em 1989 chegou a convidá-lo, em vão, para ser candidato à vice-presidência.

Vestindo a camiseta faoriana de inimigo primordial da apropriação privada dos poderes

públicos, o PT fez um sucesso tremendo nos anos 90, como denunciador-mor da corrupção nas altas esferas federais e promotor de uma vasta campanha pela “ética na política”, que resultou na quase beatificação do seu líder principal (quando Lula viajava pelas áreas mais pobres do Nordeste, doentes vinham lhe pedir que os curasse por imposição de mãos, como os reis da França).

Àquela altura, o partido parecia mesmo resumir e encarnar o espírito da “Revolução Brasileira”, com toda a expectativa messiânica embutida nesse símbolo. Daí a vitória espetacular de Lula na eleição de 2002.

Aconteceu – sempre acontece alguma coisa – que a liderança esquerdista em geral, e a petista em especial, não lia nem seguia só Raymundo Faoro. Desde os anos 60-70 lia com deleitação crescente os Cadernos do Cárcere e as Cartas de Antonio Gramsci, o fundador do Partido Comunista Italiano e criador da estratégia comunista mais sutil e mais calhorda de todos os tempos: a “revolução cultural” a ser implementada mediante a “ocupação de espaços” em todos os órgãos da administração pública, da mídia, do ensino etc., para culminar no momento em que todo o povo seria socialista sem saber e o partido se tornaria “um poder onipresente e invisível”.

Se Faoro forneceu ao PT a sua identidade aparente e a base do seu discurso “ético”, foi Gramsci quem deu à agremiação a sua estratégia e as suas táticas substantivas. “Gramscismo sob pretextos faorianos” é uma expressão que resume perfeitamente bem a política do PT ao longo de toda a sua existência.

Nunca um partido teve tão bela oportunidade de colocar em prática uma estratégia estritamente comunista sob uma camuflagem weberiana tão insuspeita.

Tudo parecia perfeito. Diante de uma plateia sonsa, a quem a sugestão de que houvesse algum comunismo nisso soava como delírio de “saudosistas da Guerra Fria”, o partido foi “ocupando espaços” e concentrando poder até fazer da administração federal inteira – sem contar o sistema de ensino e a mídia – o instrumento servil dos seus objetivos privados. Nenhum, nenhum dos seus guias iluminados notou que era impossível fazer isso sem que o partido se transformasse, ele próprio, no odioso e odiado “estamento burocrático”, com o formidável agravante de que, na ânsia de concentrar todo o poder em suas mãos, e sempre enleado na boa consciência de servir à causa da Revolução Brasileira, passou a roubar, trapacear e explorar o povo incomparavelmente mais do que todos os estamentos anteriores.

Faoro morreu em maio de 2003, quatro meses depois de Lula tomar posse no seu primeiro mandato, e não teve tempo de meditar, nem muito menos de alertar o PT, quanto ao desastre que a síntese artificiosa e perversa, o “faogramscismo”, anunciava como

desenvolvimento fatal do processo.

Inevitavelmente, os papéis se inverteram: transmutado por obra do gramscismo na encarnação máxima e mais cínica do “tipo tradicional de dominação política, em que o poder não é uma função pública, mas sim objeto de apropriação privada”, o PT, quando por fim a população em massa se voltou contra ele, revoltada ante os maiores escândalos financeiros de todos os tempos, no fundo dos quais ela enxergava ainda que vagamente a premeditação gramsciana, viu-se perdido, desorientado, atônito, seus líderes ora escondendo-se no palácio como aristocratas assustados na Paris de 1789, ora tentando camuflar o medo mediante bravatas truculentas de um ridículo sem par.

Sim, a Revolução Brasileira está nas ruas. É ela, e não outro personagem qualquer. E veio com mais força do que nunca, brotando da pura espontaneidade popular, quase sem líderes (ou com tantos que se diluem uns aos outros), sem dinheiro, sem respaldo em partidos – o povo contra o “estamento burocrático”. Como diria o próprio alvo supremo da ira popular, “nunca ânftef na iftória dêfte paíf” esse povo demonstrou vontade tão firme e inabalável de ser seu próprio mentor e guia, de criar sua própria História, de mandar às favas todos os importantões e de calar de vez as bocas dos mentirosos. A começar pelas da sra. Rousseff e do sr. Lula.

Quem mandou o PT confiar nas falsas espertezas do gramscismo? Deus realmente escreve direito por linhas tortas

A mentalidade revolucionária

Diário do Comércio, 16 de agosto de 2007

Desde que se espalhou por aí que estou escrevendo um livro chamado “A Mente Revolucionária”, tenho recebido muitos pedidos de uma explicação prévia quanto ao fenômeno designado nesse título.

A mente revolucionária é um fenômeno histórico perfeitamente identificável e contínuo, cujos desenvolvimentos ao longo de cinco séculos podem ser rastreados numa infinidade de documentos. Esse é o assunto da investigação que me ocupa desde há alguns anos. “Livro” não é talvez a expressão certa, porque tenho apresentado alguns resultados desse estudo em aulas, conferências e artigos e já nem sei se algum dia terei forças para reduzir esse material enorme a um formato impresso identificável. “A mente revolucionária” é o nome do assunto e não necessariamente de um livro, ou dois, ou três. Nunca me preocupei muito com a formatação editorial daquilo que tenho a dizer. Investigo os assuntos que me interessam e, quando chego a algumas conclusões que me parecem razoáveis, transmito-as oralmente ou por escrito conforme as oportunidades se apresentam. Transformar isso em “livros” é uma chatice que, se eu pudesse, deixaria por conta de um assistente. Como não tenho nenhum assistente, vou adiando esse trabalho enquanto posso.

A mente revolucionária não é um fenômeno essencialmente político, mas espiritual e psicológico, se bem que seu campo de expressão mais visível e seu instrumento fundamental seja a ação política.

Para facilitar as coisas, uso as expressões “mente revolucionária” e “mentalidade revolucionária” para distinguir entre o fenômeno histórico concreto, com toda a variedade das suas manifestações, e a característica essencial e permanente que permite apreender a sua unidade ao longo do tempo.

“Mentalidade revolucionária” é o estado de espírito, permanente ou transitório, no qual um indivíduo ou grupo se crê habilitado a remoldar o conjunto da sociedade – senão a natureza humana em geral – por meio da ação política; e acredita que, como agente ou portador de um futuro melhor, está acima de todo julgamento pela humanidade presente ou passada, só tendo satisfações a prestar ao “tribunal da História”. Mas o tribunal da História é, por definição, a própria sociedade futura que esse indivíduo ou grupo diz representar no presente; e, como essa sociedade não pode testemunhar ou julgar senão através desse seu mesmo representante, é claro que este se torna assim não apenas o único juiz soberano de seus próprios atos, mas o juiz de toda a humanidade, passada, presente ou

futura. Habilidade a acusar e condenar todas as leis, instituições, crenças, valores, costumes, ações e obras de todas as épocas sem poder ser por sua vez julgado por nenhuma delas, ele está tão acima da humanidade histórica que não é inexato chamá-lo de Super-Homem.

Autoglorificação do Super-Homem, a mentalidade revolucionária é totalitária e genocida em si, independentemente dos conteúdos ideológicos de que se preencha em diferentes circunstâncias e ocasiões.

Recusando-se a prestar satisfações senão a um futuro hipotético de sua própria invenção e firmemente disposto a destruir pela astúcia ou pela força todo obstáculo que se oponha à remoldagem do mundo à sua própria imagem e semelhança, o revolucionário é o inimigo máximo da espécie humana, perto do qual os tiranos e conquistadores da antigüidade impressionam pela modéstia das suas pretensões e por uma notável circunspeção no emprego dos meios.

O advento do revolucionário ao primeiro plano do cenário histórico – fenômeno que começa a perfilar-se por volta do século XV e se manifesta com toda a clareza no fim do século XVIII – inaugura a era do totalitarismo, das guerras mundiais e do genocídio permanente. Ao longo de dois séculos, os movimentos revolucionários, as guerras empreendidas por eles e o morticínio de populações civis necessário à consolidação do seu poder mataram muito mais gente do que a totalidade dos conflitos bélicos, epidemias terremotos e catástrofes naturais de qualquer espécie desde o início da história do mundo.

O movimento revolucionário é o flagelo maior que já se abateu sobre a espécie humana desde o seu advento sobre a Terra.

A expansão da violência genocida e a imposição de restrições cada vez mais sufocantes à liberdade humana acompanharam a disseminação da mentalidade revolucionária entre faixas cada vez mais amplas da população, pela qual massas inteiras se imbuem do papel de juízes vingadores nomeados pelo tribunal do futuro e concedem a si próprios o direito à prática de crimes imensuravelmente maiores do que todos aqueles que a promessa revolucionária alega extirpar.

Mesmo se não levarmos em conta as matanças deliberadas e considerarmos apenas a performance revolucionária desde o ponto de vista econômico, nenhuma outra causa social ou natural criou jamais tanta miséria e provocou tantas mortes por desnutrição quanto os regimes revolucionários da Rússia, da China e de vários países africanos.

Qualquer que venha a ser o futuro da espécie humana e quaisquer que sejam as nossas concepções pessoais a respeito, a mentalidade revolucionária tem de ser extirpada radicalmente do repertório das possibilidades sociais e culturais admissíveis antes que, de tanto forçar o nascimento de um mundo supostamente melhor, ela venha a fazer dele um

gigantesco aborto e do trajeto milenar da espécie humana sobre a Terra uma história sem sentido coroada por um final sangrento.

Embora as distintas ideologias revolucionárias sejam todas, em maior ou menor medida, ameaçadoras e daninhas, o mal delas não reside tanto no seu conteúdo específico ou nas estratégias de que se servem para realizá-lo, quanto no fato mesmo de serem revolucionárias no sentido aqui definido.

O socialismo e o nazismo são revolucionários não porque propõem respectivamente o domínio de uma classe ou de uma raça, mas porque fazem dessas bandeiras os princípios de uma remodelagem radical não só da ordem política, mas de toda a vida humana. Os malefícios que prenunciam se tornam universalmente ameaçadores porque não se apresentam como respostas locais a situações momentâneas, mas como mandamentos universais imbuídos da autoridade de refazer o mundo segundo o molde de uma hipotética perfeição futura. A Ku-Klux-Klan é tão racista quanto o nazismo, mas não é revolucionária porque não tem nenhum projeto de alcance mundial. Por essa razão seria ridículo compará-la, em periculosidade, ao movimento nazista. Ela é um problema policial puro e simples.

Por isso mesmo é preciso enfatizar que o sentido aqui atribuído ao termo “revolução” é ao mesmo tempo mais amplo e mais preciso do que a palavra tem em geral na historiografia e nas ciências sociais presentemente existentes. Muitos processos sócio-políticos usualmente denominados “revoluções” não são “revolucionários” de fato, porque não participam da mentalidade revolucionária, não visam à remodelagem integral da sociedade, da cultura e da espécie humana, mas se destinam unicamente à modificação de situações locais e momentâneas, idealmente para melhor. Não é necessariamente revolucionária, por exemplo, a rebelião política destinada apenas a romper os laços entre um país e outro. Nem é revolucionária a simples derrubada de um regime tirânico com o objetivo de nivelar uma nação às liberdades já desfrutadas pelos povos em torno. Mesmo que esses empreendimentos empreguem recursos bélicos de larga escala e provoquem modificações espetaculares, não são revoluções, porque nada ambicionam senão à correção de males imediatos ou mesmo o retorno a uma situação anterior perdida.

O que caracteriza inconfundivelmente o movimento revolucionário é que sobrepõe a autoridade de um futuro hipotético ao julgamento de toda a espécie humana, presente ou passada. A revolução é, por sua própria natureza, totalitária e universalmente expansiva: não há aspecto da vida humana que ela não pretenda submeter ao seu poder, não há região do globo a que ela não pretenda estender os tentáculos da sua influência.

Se, nesse sentido, vários movimentos político-militares de vPor que ainda há quem siga a Teologia da Libertação? Aparentemente nenhuma pessoa razoável deveria fazer isso. Do ponto de vista teológico, a doutrina que o peruano Gustavo Gutierrez e o brasileiro

Leonardo Boff espalharam pelo mundo já foi demolida em 1984 pelo então cardeal Joseph Ratzinger (“Liberation Theology”, 1984), dois anos depois de condenada pelo Papa João Paulo II (v. Quentin L. Quade, ed., *The Pope and Revolution: John Paul II Confronts Liberation Theology*. Washington, D.C., Ethics and Public Policy Center, 1982). Em 1994 o teólogo Edward Lynch afirmava que ela já tinha se reduzido a uma mera curiosidade intelectual (“The retreat of Liberation Theology”, *The Homiletic & Pastoral Review*). Em 1996 o historiador espanhol Ricardo de la Cierva, que ninguém diria mal informado, dava-a por morta e enterrada (v. *La Hoz y la Cruz. Auge y Caída del Marxismo y la Teología de la Liberación*, Toledo, Fénix, 1996.)

Uma década e meia depois, ela é praticamente doutrina oficial em doze países da América Latina. Que foi que aconteceu? Tal é a pergunta que me faz um grupo de eminentes católicos americanos e que, com certeza, interessa também aos leitores brasileiros.

Para respondê-la é preciso analisar a questão sob três ângulos:

(1) A TL é uma doutrina católica influenciada por idéias marxistas ou é apenas um ardil comunista camuflado em linguagem católica?

(2) Como se articulam entre si a TL enquanto discurso teórico e a TL enquanto organização política militante?

(3) Respondidas essas duas perguntas pode-se então apreender a TL como fenômeno preciso e descrever a especial forma mentis dos seus teóricos por meio da análise estilística dos seus escritos.

À primeira pergunta tanto o prof. Lynch quanto o cardeal Ratzinger, bem como inumeráveis outros autores católicos (por exemplo, Hubert Lepargneur, *A Teologia da Libertação. Uma Avaliação*, São Paulo, Convívio, 1979, ou Sobral Pinto, *Teologia da Libertação. O Materialismo Marxista na Teologia Espiritualista*, Rio, Lidador, 1984), dão respostas notavelmente uniformes: partindo do princípio de que a TL se apresenta como doutrina católica, passam a examiná-la sob esse aspecto, louvando suas possíveis intenções justiceiras e humanitárias mas concluindo que, em essência, ela é incompatível com a doutrina tradicional da Igreja, e portanto herética em sentido estrito. Acrescentam a isso a denúncia de algumas contradições internas e a crítica das suas posturas sociais fundadas numa arqui desmoralizada economia marxista.

Daí partem para decretar a sua morte, assegurando, nos termos do prof. Lynch, que

“Embora ainda seja atraente para muitos estudiosos americanos e europeus, ela falhou naquilo que os liberacionistas sempre disseram ser a sua missão principal, a completa renovação do catolicismo latino-americano”.

Todo discurso ideológico revolucionário pode ser compreendido em pelo menos três níveis de significado, que é preciso primeiro distinguir pela análise e depois rearticular hierarquicamente conforme algum desses níveis se revele o mais decisivo na situação política concreta, subordinando os demais.

O primeiro é o nível descritivo, no qual ele apresenta um diagnóstico, descrição ou explicação da realidade ou uma interpretação de alguma doutrina anterior. Neste nível o discurso pode ser julgado pela sua veracidade, adequação ou fidelidade, seja aos fatos, seja ao estado dos conhecimentos disponíveis, seja à doutrina considerada. Quando o discurso traz uma proposta definida de ação, pode ser julgado pela viabilidade ou conveniência dessa ação.

O segundo é o da autodefinição ideológica, em que o teórico ou doutrinador expressa os símbolos nos quais o grupo interessado se reconhece e pelo qual ele distingue os de dentro e os de fora, os amigos e os inimigos. Neste nível ele pode ser julgado pela sua eficácia psicológica ou correspondência com as expectativas e anseios da platéia.

O terceiro é o da desinformação estratégica, que fornece falsas pistas para desorientar o adversário e desviar antecipadamente qualquer tentativa de bloquear a ação proposta ou de neutralizar outros efeitos visados pelo discurso.

No primeiro nível, o discurso dirige-se idealmente ao observador neutro, cuja adesão pretende ganhar pela persuasão. No segundo, ao adepto ou militante atual ou virtual, para reforçar sua adesão ao grupo e obter dele o máximo de colaboração possível. No terceiro, dirige-se ao adversário, ou alvo da operação.

Praticamente todas as críticas de intelectuais católicos à Teologia da Libertação limitaram-se a examiná-la no primeiro nível. Desmoralizaram-na intelectualmente, provaram o seu caráter de heresia e assinalaram nela os velhos vícios que tornam inviável e destrutiva toda proposta de remodelagem socialista da sociedade.

Se os mentores da TL fossem católicos sinceramente empenhados em “renovar o catolicismo latino-americano”, ainda que por meios contaminados de ideologia marxista, isso teria bastado para desativá-la por completo. Uma vez que esse tipo de análise crítica saiu das meras discussões intelectuais para tornar-se palavra oficial da Igreja, com o estudo do Cardeal Ratzinger em 1984, a TL podia considerar-se, sob esse ângulo, extinta e superada.

Leiam agora este depoimento do general Ion Mihai Pacepa, o oficial de mais alta patente da KGB que já desertou para o Ocidente, e começarão a entender por que a desmoralização intelectual e teológica não foi suficiente para dar cabo da TL (“Kremlin’s religious Crusade”, em Frontpage Magazine, junho de 2009, Lima: Centro de Estudios y Publicaciones). Em 1959, como chefe da espionagem romena na Alemanha Ocidental, o

general Pacepa ouviu da própria boca de Nikita Kruschev: “Usaremos Cuba como trampolim para lançar uma religião concebida pela KGB na América Latina.”

O depoimento prossegue:

“Khrushchev nomeou ‘Teologia da Libertação’ a nova religião criada pela KGB. A inclinação dela para a ‘libertação’ foi herdada da KGB, que mais tarde criou a Organização para a ‘Libertação’ da Palestina (OLP), o Exército de ‘Libertação’ Nacional da Colômbia (ELN), e o Exército de ‘Libertação’ Nacional da Bolívia. A Romênia era um país latino, e Khrushchev queria nossa “visão latina” sobre sua nova guerra de “libertação” religiosa. Ele também nos queria para enviar alguns padres que eram cooptadores ou agentes disfarçados para a América Latina – queria ver como “nós” poderíamos tornar palatável para aquela parte do mundo a sua nova Teologia da Libertação.

“Naquele momento a KGB estava construindo uma nova organização religiosa internacional em Praga, chamada “Christian Peace Conference” (CPC), cujo objetivo seria espalhar a Teologia da Libertação pela América Latina.

“Em 1968, o CPC – criado pela KGB – foi capaz de dirigir um grupo de bispos esquerdistas sul-americanos na realização de uma Conferência de Bispos Latino-americanos em Medellín, na Colômbia. O propósito oficial da Conferência era superar a pobreza. O objetivo não declarado foi reconhecer um novo movimento religioso, que encorajasse o pobre a se rebelar contra a ‘violência da pobreza institucionalizada’, e recomendá-lo ao Conselho Mundial de Igrejas para aprovação oficial. A Conferência de Medellín fez as duas coisas. Também engoliu o nome de batismo dado pela KGB: ‘Teologia da Libertação.’”

Ou seja, em suas linhas essenciais, a idéia da TL veio pronta de Moscou três anos antes de que o jesuíta peruano Gustavo Gutierrez, com o livro *Teología de la Liberación* (Lima, Centro de Estudios y Publicaciones, 1971), se apresentasse como seu inventor original, decerto com a aprovação de seus verdadeiros criadores, que não tinham o menor interesse num reconhecimento público de paternidade. O tutor da criança, Leonardo Boff, entraria em cena ainda mais tarde, não antes de 1977. Até hoje as fontes populares, como por exemplo a Wikipedia, repetem como papagaios adestrados que o Pe. Gutierrez foi mesmo o gerador da coisa e o sr. Boff seu segundo pai. Estas proporções devem ser excluídos do conceito de “revolução”, devem ser incluídos nele, em contrapartida, vários movimentos aparentemente pacíficos e de natureza puramente intelectual e cultural, cuja evolução no tempo os leve a constituir-se em poderes políticos com pretensões de impor universalmente novos padrões de pensamento e conduta por meios burocráticos, judiciais e policiais. A rebelião húngara de 1956 ou a derrubada do presidente brasileiro João Goulart, nesse sentido, não foram revoluções de maneira alguma. Nem o foi a independência americana, um caso especial que terei de explicar num outro artigo. Mas sem dúvida são movimentos revolucionários o darwinismo e o conjunto de fenômenos

pseudo-religiosos conhecido como Nova Era. Todas essas distinções terão de ser explicadas depois em separado e estão sendo citadas aqui só a título de amostra.

* * *

Entre outras confusões que este estudo desfaz está aquela que reina nos conceitos de “esquerda” e “direita”. Essa confusão nasce do fato de que essa dupla de vocábulos é usada por sua vez para designar duas ordens de fenômenos totalmente distintos. De um lado, a esquerda é a revolução em geral, e a direita a contra-revolução. Não parecia haver dúvida quanto a isso no tempo em que os termos eram usados para designar as duas alas dos Estados Gerais. A evolução dos acontecimentos, porém, fez com que o próprio movimento revolucionário se apropriasse dos dois termos, passando a usá-los para designar suas subdivisões internas. Os girondinos, que estavam à esquerda do rei, tornaram-se a “direita” da revolução, na mesma medida em que, decapitado o rei, os adeptos do antigo regime foram excluídos da vida pública e já não tinham direito a uma denominação política própria. Esta retração do “direitismo” admissível, mediante a atribuição do rótulo de “direita” a uma das alas da própria esquerda, tornou-se depois um mecanismo rotineiro do processo revolucionário. Ao mesmo tempo, remanescentes contra-revolucionários genuínos foram freqüentemente obrigados a aliar-se à “direita” revolucionária e a confundir-se com ela para poder conservar alguns meios de ação no quadro criado pela vitória da revolução. Para complicar mais as coisas, uma vez excluída a contra-revolução do repertório das idéias politicamente admissíveis, o ressentimento contra-revolucionário continuou existindo como fenômeno psico-social, e muitas vezes foi usado pela esquerda revolucionária como pretexto e apelo retórico para conquistar para a sua causa faixas de população arraigadamente conservadoras e tradicionalistas, revoltadas contra a “direita” revolucionária imperante no momento. O apelo do MST à nostalgia agrária ou a retórica pseudo-tradicionista adotada aqui e ali pelo fascismo fazem esquecer a índole estritamente revolucionária desses movimentos. O próprio Mao Dzedong foi tomado, durante algum tempo, como um reformador agrário tradicionalista. Também não é preciso dizer que, nas disputas internas do movimento revolucionário, as facções em luta com freqüência se acusam mutuamente de “direitistas” (ou “reacionárias”). À retórica nazista que professava destruir ao mesmo tempo “a reação” e “o comunismo” correspondeu, no lado comunista, o duplo e sucessivo discurso que primeiro tratou os nazistas como revolucionários primitivos e anárquicos e depois como adeptos da “reação” empenhados em “salvar o capitalismo” contra a revolução proletária.

Os termos “esquerda” e “direita” só têm sentido objetivo quando usados na sua acepção originária de revolução e contra-revolução respectivamente. Todas as outras combinações e significados são arranjos ocasionais que não têm alcance descritivo mas apenas uma

utilidade oportunística como símbolos da unidade de um movimento político e signos demonizadores de seus objetos de ódio.

Nos EUA, o termo “direita” é usado ao mesmo tempo para designar os conservadores em sentido estrito, contra-revolucionários até à medula, e os globalistas republicanos, “direita” da revolução mundial. Mas a confusão existente no Brasil é muito pior, onde a direita contra-revolucionária não tem nenhuma existência política e o nome que a designa é usado, pelo partido governante, para nomear qualquer oposição que lhe venha desde dentro mesmo dos partidos de esquerda, ao passo que a oposição de esquerda o emprega para rotular o próprio partido governante.

Para mim está claro que só se pode devolver a esses termos algum valor descritivo objetivo tomando como linha de demarcação o movimento revolucionário como um todo e opondo-lhe a direita contra-revolucionária, mesmo onde esta não tenha expressão política e seja apenas um fenômeno cultural.

A essência da mentalidade contra-revolucionária ou conservadora é a aversão a qualquer projeto de transformação abrangente, a recusa obstinada de intervir na sociedade como um todo, o respeito quase religioso pelos processos sociais regionais, espontâneos e de longo prazo, a negação de toda autoridade aos porta-vozes do futuro hipotético.

Nesse sentido, o autor destas linhas é estritamente conservador. Entre outros motivos, porque acredita que só o ponto de vista conservador pode fornecer uma visão realista do processo histórico, já que se baseia na experiência do passado e não em conjeturações de futuro. Toda historiografia revolucionária é fraudulenta na base, porque interpreta e distorce o passado segundo o molde de um futuro hipotético e aliás indefinível. Não é uma coincidência que os maiores historiadores de todas as épocas tenham sido sempre conservadores.

Se, considerada em si mesma e nos valores que defende, a mentalidade contra-revolucionária deve ser chamada propriamente “conservadora”, é evidente que, do ponto de vista das suas relações com o inimigo, ela é estritamente “reacionária”. Ser reacionário é reagir da maneira mais intransigente e hostil à ambição diabólica de mandar no mundo.

Um cadáver no poder (I)

Diário do Comércio, 15 de janeiro de 2015

Por que ainda há quem siga a Teologia da Libertação? Aparentemente nenhuma pessoa razoável deveria fazer isso. Do ponto de vista teológico, a doutrina que o peruano Gustavo Gutierrez e o brasileiro Leonardo Boff espalharam pelo mundo já foi demolida em 1984 pelo então cardeal Joseph Ratzinger (“*Liberation Theology*”, 1984), dois anos depois de condenada pelo Papa João Paulo II (v. Quentin L. Quade, ed., *The Pope and Revolution: John Paul II Confronts Liberation Theology*. Washington, D.C., Ethics and Public Policy Center, 1982). Em 1994 o teólogo Edward Lynch afirmava que ela já tinha se reduzido a uma mera curiosidade intelectual (“*The retreat of Liberation Theology*”, *The Homiletic & Pastoral Review*). Em 1996 o historiador espanhol Ricardo de la Cierva, que ninguém diria mal informado, dava-a por morta e enterrada (v. *La Hoz y la Cruz. Auge y Caída del Marxismo y la Teología de la Liberación*, Toledo, Fénix, 1996.)

Uma década e meia depois, ela é praticamente doutrina oficial em doze países da América Latina. Que foi que aconteceu? Tal é a pergunta que me faz um grupo de eminentes católicos americanos e que, com certeza, interessa também aos leitores brasileiros.

Para respondê-la é preciso analisar a questão sob três ângulos:

- (1) A TL é uma doutrina católica influenciada por idéias marxistas ou é apenas um ardil comunista camuflado em linguagem católica?
- (2) Como se articulam entre si a TL enquanto discurso teórico e a TL enquanto organização política militante?
- (3) Respondidas essas duas perguntas pode-se então apreender a TL como fenômeno preciso e descrever a especial forma mentis dos seus teóricos por meio da análise estilística dos seus escritos.

À primeira pergunta tanto o prof. Lynch quanto o cardeal Ratzinger, bem como inumeráveis outros autores católicos (por exemplo, Hubert Lepargneur, *A Teologia da Libertação. Uma Avaliação*, São Paulo, Convívio, 1979, ou Sobral Pinto, *Teologia da Libertação. O Materialismo Marxista na Teologia Espiritualista*, Rio, Lidador, 1984), dão respostas notavelmente uniformes: partindo do princípio de que a TL se apresenta como doutrina católica, passam a examiná-la sob esse aspecto, louvando suas possíveis intenções justiceiras e humanitárias mas concluindo que, em essência, ela é incompatível com a doutrina tradicional da Igreja, e portanto herética em sentido estrito. Acrescentam a isso a denúncia de algumas contradições internas e a crítica das suas popostas sociais fundadas numa arqui desmoralizada economia marxista.

Daí partem para decretar a sua morte, assegurando, nos termos do prof. Lynch, que “Embora ainda seja atraente para muitos estudiosos americanos e europeus, ela falhou naquilo que os liberacionistas sempre disseram ser a sua missão principal, a completa renovação do catolicismo latino-americano”.

Todo discurso ideológico revolucionário pode ser compreendido em pelo menos três níveis de significado, que é preciso primeiro distinguir pela análise e depois rearticular hierarquicamente conforme algum desses níveis se revele o mais decisivo na situação política concreta, subordinando os demais.

O primeiro é o nível descritivo, no qual ele apresenta um diagnóstico, descrição ou explicação da realidade ou uma interpretação de alguma doutrina anterior. Neste nível o

discurso pode ser julgado pela sua veracidade, adequação ou fidelidade, seja aos fatos, seja ao estado dos conhecimentos disponíveis, seja à doutrina considerada. Quando o discurso traz uma proposta definida de ação, pode ser julgado pela viabilidade ou conveniência dessa ação.

O segundo é o da autodefinição ideológica, em que o teórico ou doutrinador expressa os símbolos nos quais o grupo interessado se reconhece e pelo qual ele distingue os de dentro e os de fora, os amigos e os inimigos. Neste nível ele pode ser julgado pela sua eficácia psicológica ou correspondência com as expectativas e anseios da platéia.

O terceiro é o da desinformação estratégica, que fornece falsas pistas para desorientar o adversário e desviar antecipadamente qualquer tentativa de bloquear a ação proposta ou de neutralizar outros efeitos visados pelo discurso.

No primeiro nível, o discurso dirige-se idealmente ao observador neutro, cuja adesão pretende ganhar pela persuasão. No segundo, ao adepto ou militante atual ou virtual, para reforçar sua adesão ao grupo e obter dele o máximo de colaboração possível. No terceiro, dirige-se ao adversário, ou alvo da operação.

Praticamente todas as críticas de intelectuais católicos à Teologia da Libertação limitaram-se a examiná-la no primeiro nível. Desmoralizaram-na intelectualmente, provaram o seu caráter de heresia e assinalaram nela os velhos vícios que tornam inviável e destrutiva toda proposta de remodelagem socialista da sociedade.

Se os mentores da TL fossem católicos sinceramente empenhados em “renovar o catolicismo latino-americano”, ainda que por meios contaminados de ideologia marxista, isso teria bastado para desativá-la por completo. Uma vez que esse tipo de análise crítica saiu das meras discussões intelectuais para tornar-se palavra oficial da Igreja, com o estudo do Cardeal Ratzinger em 1984, a TL podia considerar-se, sob esse ângulo, extinta e superada.

Leiam agora este depoimento do general Ion Mihai Pacepa, o oficial de mais alta patente da KGB que já desertou para o Ocidente, e começarão a entender por que a desmoralização intelectual e teológica não foi suficiente para dar cabo da TL (“*Kremlin’s religious Crusade*”, em Frontpage Magazine, junho de 2009, Lima: Centro de Estudios y Publicaciones). Em 1959, como chefe da espionagem romena na Alemanha Ocidental, o general Pacepa ouviu da própria boca de Nikita Krushchev: “Usaremos Cuba como trampolim para lançar uma religião concebida pela KGB na América Latina.”

O depoimento prossegue:

“Khrushchev nomeou ‘Teologia da Libertação’ a nova religião criada pela KGB. A inclinação dela para a ‘libertação’ foi herdada da KGB, que mais tarde criou a Organização para a ‘Libertação’ da Palestina (OLP), o Exército de ‘Libertação’ Nacional da Colômbia (ELN), e o Exército de ‘Libertação’ Nacional da Bolívia. A Romênia era um país latino, e Khrushchev queria nossa “visão latina” sobre sua nova guerra de “libertação” religiosa. Ele também nos queria para enviar alguns padres que eram cooptadores ou agentes disfarçados para a América Latina – queria ver como “nós” poderíamos tornar palatável para aquela parte do mundo a sua nova Teologia da Libertação.

“Naquele momento a KGB estava construindo uma nova organização religiosa internacional em Praga, chamada “*Christian Peace Conference*” (CPC), cujo objetivo seria espalhar a Teologia da Libertação pela América Latina.

“Em 1968, o CPC – criado pela KGB – foi capaz de dirigir um grupo de bispos esquerdistas sul-americanos na realização de uma Conferência de Bispos Latino-americanos em Medellín, na Colômbia. O propósito oficial da Conferência era superar a pobreza. O objetivo não declarado foi reconhecer um novo movimento religioso, que encorajasse o pobre a se rebelar contra a ‘violência da pobreza institucionalizada’, e recomendá-lo ao Conselho Mundial de Igrejas para aprovação oficial. A Conferência de Medellín fez as duas coisas. Também engoliu o nome de batismo dado pela KGB: ‘Teologia da Libertação.’”

Ou seja, em suas linhas essenciais, a idéia da TL veio pronta de Moscou três anos antes de que o jesuíta peruano Gustavo Gutierrez, com o livro *Teología de la Liberación* (Lima, Centro de Estudios y Publicaciones, 1971), se apresentasse como seu inventor original, decerto com a aprovação de seus verdadeiros criadores, que não tinham o menor interesse num reconhecimento público de paternidade. O tutor da criança, Leonardo Boff, entraria em cena ainda mais tarde, não antes de 1977. Até hoje as fontes populares, como por exemplo a Wikipedia, repetem como papagaios adestrados que o Pe. Gutierrez foi mesmo o gerador da coisa e o sr. Boff seu segundo pai.

Um cadáver no poder (II)

Diário do Comércio, 29 de janeiro de 2015

Volto à análise da Teologia da Libertação.

Se a coisa e até o nome que a designa vieram prontos da KGB, isso não quer dizer que seus pais adotivos, Gutierrez, Boff e Frei Betto, não tenham tido nenhum mérito na sua disseminação pelo mundo. Ao contrário, eles desempenharam um papel crucial nas vitórias da TL e no mistério da sua longa sobrevivência.

Os três, mas principalmente os dois brasileiros, atuaram sempre e simultaneamente em dois planos. De um lado, produzindo artificiosas argumentações teológicas para uso do clero, dos intelectuais e da Cúria romana. De outro lado, espalhando sermões e discursos populares e devotando-se intensamente à criação da rede de militância que se notabilizaria com o nome de “comunidades eclesiais de base” e viria a constituir a semente do Partido dos Trabalhadores. “Base” é aliás o termo técnico usado tradicionalmente nos partidos comunistas para designar a militância, distinguindo-a dos líderes. Sua adoção pela TL não foi mera coincidência. Quando os pastores se transformaram em comissários políticos, o rebanho tinha mesmo de tornar-se “base”.

No seu livro *E a Igreja se Fez Povo*, de 1988, Boff confessa que foi tudo um “plano ousado”, concebido segundo as linhas da estratégia da lenta e sutil “ocupação de espaços” preconizada pelo fundador do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci. Tratava-se de ir preenchendo aos poucos todos os postos decisivos nos seminários e nas universidades leigas, nas ordens religiosas, na mídia católica e na hierarquia eclesiástica, sem muito alarde, até chegar a época em que a grande revolução pudesse exhibir-se a céu aberto.

Logo após o conclave que o elegeu, em 1978, o papa João Paulo I teve um encontro com vinte cardeais latino-americanos e ficou muito impressionado com o fato de que a maioria deles apoiava ostensivamente a Teologia da Libertação. Informaram-lhe, na ocasião, que já havia mais de cem mil “comunidades eclesiais de base” disseminando a propaganda revolucionária na América Latina. Até então, João Paulo I conhecia a TL apenas como especulação teórica. Nem de longe imaginava que ela pudesse ter se transformado numa força política de tais dimensões.

Em 1984, quando o cardeal Ratzinger começou a desmontar os argumentos teóricos da “Teologia da Libertação”, já fazia quatro anos que as “comunidades eclesiais de base” tinham se transfigurado num partido de massas, o Partido dos Trabalhadores, cuja militância ignora maciçamente quaisquer especulações teológicas, mas jura que Jesus Cristo era socialista porque assim dizem os líderes do partido.

Dito de outro modo, a pretensa argumentação teológica já tinha cumprido o seu papel de alimentar discussões e minar a autoridade da Igreja, e fora substituída, funcionalmente, pela pregação aberta do socialismo, onde o esforço aparentemente erudito de aproximar cristianismo e marxismo cedia o passo ao manejo de chavões baratos e jogos de palavras nos quais a militância não procurava nem encontrava uma argumentação racional, mas apenas os símbolos que expressavam e reforçavam a sua unidade grupal e o seu espírito de luta.

O sucesso deste segundo empreendimento foi proporcional ao fracasso do trio na esfera propriamente teológica. É possível que na Europa ou nos EUA um formador de opinião com pretensões de liderança não sobreviva à sua desmoralização intelectual, mas na

América Latina, e especialmente no Brasil, a massa militante está a léguas de distância de qualquer preocupação intelectual e continuará dando credibilidade ao seu líder enquanto este dispuser de um suporte político-partidário suficiente.

No caso de Boff e Betto, esse suporte foi nada menos que formidável. Fracassadas as guerrilhas espalhadas em todo o continente pela OLAS, Organización Latino-Americana de Solidariedad, fundada por Fidel Castro em 1966, a militância se refugiou maciçamente nas organizações da esquerda não-militar, que iam colocando em prática as ideias de Antonio Gramsci sobre a “ocupação de espaços” e a “revolução cultural”. A estratégia de Gramsci usava a infiltração maciça de agentes comunistas em todos os órgãos da sociedade civil, especialmente ensino e mídia, para disseminar propostas comunistas pontuais, isoladas, sem rótulo de comunismo, de modo a obter pouco a pouco um efeito de conjunto no qual ninguém visse nada de propaganda comunista, mas no qual o Partido, ou organização equivalente, acabasse controlando mentalmente a sociedade com “o poder invisível e onipresente de um mandamento divino, de um imperativo categórico” (sic).

Nenhum instrumento se prestava melhor a esse fim do que as “comunidades eclesiais de base”, onde as propostas comunistas podiam ser vendidas com o rótulo de cristianismo. No Brasil, o crescimento avassalador dessas organizações resultou, em 1980, na fundação do Partido dos Trabalhadores, que se apresentou inicialmente como um inocente movimento sindicalista da esquerda cristã e só aos poucos foi revelando os seus vínculos profundos com o governo de Cuba e com várias organizações de guerrilheiros e narcotraficantes. O líder maior do Partido, Luís Inácio “Lula” da Silva, sempre reconheceu Boff e Betto como mentores da organização e dele próprio.

Nascido no bojo do comunismo latino-americano por intermédio das “comunidades eclesiais de base”, o Partido não demoraria a devolver o favor recebido, fundando, em 1990, uma entidade sob a denominação gramscianamente anódina de “Foro de São Paulo”, destinada a unificar as várias correntes de esquerda e a tornar-se o centro de comando estratégico do movimento comunista no continente.

Segundo depoimento do próprio Frei Betto, a decisão de criar o Foro de São Paulo foi tomada numa reunião entre ele, Lula e Fidel Castro, em Havana. Durante dezessete anos o Foro cresceu em segredo, chegando a reunir aproximadamente duzentas organizações filiadas, misturando partidos legalmente constituídos, grupos de sequestradores como o MIR chileno e quadrilhas de narcotraficantes como as Farc, que juravam nada ter com o tráfico de drogas mas então já costumavam trocar anualmente duzentas toneladas de cocaína colombiana por armas contrabandeadas do Líbano pelo traficante brasileiro Fernandinho Beira-Mar.

Quando Lula foi eleito presidente do Brasil, em 2002, o Foro de São Paulo já havia se tornado a maior e mais poderosa organização política em ação no território latino-americano em qualquer época, mas sua existência era totalmente desconhecida pela população e, quando denunciada por algum investigador, cingidamente negada. O bloqueio chegou ao seu ponto mais intenso quando, em 2005, o sr. Lula, já presidente do Brasil, confessou em detalhes a existência e as atividades do Foro de São Paulo. O discurso foi publicado na página oficial da Presidência da República, mas mesmo assim a grande mídia em peso insistiu em fingir que não sabia de nada.

Por fim, em 2007, o próprio Partido dos Trabalhadores, sentindo que o manto de segredo protetivo já não era necessário, passou a alardear aos quatro ventos os feitos do Foro de São Paulo, como se fossem coisa banal e arqui-sabida. Somente aí os jornais admitiram falar do assunto.

Por que o segredo podia agora ser revelado? Porque, no Brasil, toda oposição ideológica tinha sido eliminada, restando apenas sob o nome de “política” as disputas de cargos e as acusações de corrupção vindas de dentro da própria esquerda; ao passo que, na escala continental, os partidos membros do Foro de São Paulo já dominavam doze países. As “comunidades eclesiais de base” haviam chegado ao poder. Quem, a essa altura, iria se preocupar com discussões teológicas ou com objeções etéreas feitas vinte anos antes por um cardeal que levava a sério o sentido literal dos textos e mal chegara a arranhar a superfície política do problema?

Nos doze anos em que permaneceu no poder, o PT expulsou do cenário toda oposição conservadora, partilhando o espaço político com alguns aliados mais enragés e com uma branda oposição de centro-esquerda, e governou mediante compras de consciências, assassinatos de inconvenientes e a apropriação sistemática de verbas de empresas estatais para financiar o crescimento do partido.

A escalada da cleptocracia culminou no episódio da Petrobrás, onde o desvio subiu à escala dos trilhões de reais, configurando, segundo a mídia internacional, o maior caso de corrupção empresarial de todos os tempos. Essa sucessão de escândalos provocou algum mal-estar na própria esquerda e constantes reclamações na mídia, levando a intelligentsia petista a mobilizar-se em massa para defender o partido. Há mais de uma década os srs. Betto e Boff estão ocupados com essa atividade, na qual a teologia só entra como eventual fornecedora de figuras de linguagem para adornar a propaganda partidária. A TL havia assumido, finalmente, sua mais profunda vocação.

Quem quer que leia os escritos de Gutierrez, Boff e Betto descobre facilmente as suas múltiplas inconsistências e contradições. Elas revelam que esse material não resultou de nenhum esforço teorizante muito sério, mas do mero intuito de manter os teólogos de Roma ocupados em complexas refutações teológicas enquanto a rede militante se espalhava por toda a América Latina, atingindo sobretudo populações pobres desprovidas de qualquer interesse ou capacidade de acompanhar essas altas discussões.

Os boiadeiros chamam isso de “boi-de-piranha”: jogam um boi no rio para que os peixes carnívoros fiquem ocupados em devorá-lo, enquanto uns metros mais adiante a boiada atravessa as águas em segurança.

Intelectualmente e teologicamente, a TL está morta há três décadas. Mas ela nunca foi um movimento intelectual e teológico. Foi e é um movimento político adornado por pretextos teológicos artificiosos e de uma leviandade sem par, lançados nas águas de Roma a título de “boi de piranha”. A boiada passou, dominou o território e não existem piranhas de terra firme que possam ameaçá-la.

Sim, a TL está morta, mas o seu cadáver, elevado ao posto mais alto da hierarquia de comando, pesa sobre todo um continente, oprimindo-o, sufocando-o e travando todos os seus movimentos. A América Latina é hoje governada por um defunto.

Por trás da subversão

Diário do Comércio, 5 de junho de 2006

No começo de 2001, o Council on Foreign Relations (CFR), bilionário think tank de onde já emergiram tantos presidentes e secretários de Estado que há quem o considere uma espécie de metagoverno dos EUA, criou uma “força-tarefa”, transbordante de Ph.-Ds, presidida pelo historiador Kenneth Maxwell e encarregada de sugerir modificações na política de Washington para com o Brasil. A primeira lista de sábios conselhos, publicada logo em 12 de fevereiro, enfatizava “a urgência de trabalhar com o Brasil no combate à praga das drogas e à sua influência corruptora sobre os governos”.

Naquele momento, destruídos os antigos cartéis, emergiam como dominadoras do mercado de drogas na América Latina as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, deliberadamente poupadas pelo Plano Colômbia do governo Clinton sob o pretexto de que o combate ao narcotráfico deveria ser apolítico. As Farc, uma organização comunista, haviam entrado no mercado das drogas para financiar suas operações terroristas e a tomada do poder. Desde 1990 faziam parte do Foro de São Paulo, onde articulavam suas ações com a estratégia geral da esquerda latino-americana, garantindo apoios políticos que a tornavam virtualmente imunes a perseguições em vários países onde operavam. No Brasil, por exemplo, a despeito das centenas de toneladas de cocaína que por meio do seu sócio Fernandinho Beira-Mar elas despejavam anualmente no mercado, e apesar dos tiros que de vez em quando trocavam com o Exército na floresta amazônica, as Farc eram bem tratadas: seus líderes circulavam livremente pelas ruas sob a proteção das autoridades federais e eram recebidos como hóspedes oficiais pelo governo petista do Estado do Rio Grande. Nunca, portanto, as relações entre narcotráfico e política tinham sido mais íntimas. Arriscavam tornar-se ainda mais intensas porque Luís Inácio Lula da Silva, fundador do Foro e portanto orquestrador maior da estratégia comum entre partidos legais de esquerda e organizações criminosas, parecia destinado a ser o próximo presidente do Brasil.

A integração crescente de narcotráfico e política tornava portanto urgente combater “a praga das drogas e sua influência sobre os governos”. E a única maneira de fazer isso era, evidentemente, desmantelar o Foro de São Paulo. Vista nessa perspectiva, a sugestão da “força-tarefa” parecia mesmo oportuna. Mas só a interpreta assim quem não entende as sutilezas do metagoverno. O sentido literal da frase expressava, de fato, o oposto simétrico do que o CFR pretendia.

Desde logo, o Foro de São Paulo, para continuar se imiscuindo impunemente na política interna de várias nações latino-americanas, necessitava manter sua condição de entidade discreta ou semi-secreta, e o próprio chefe da força-tarefa o ajudava nisso. Em artigo publicado na *New York Review of Books* – e, é claro, reproduzido na *Folha* –, Maxwell declarava que o Foro simplesmente não existia, porque “nem os mais bem informados especialistas com quem conversei no Brasil jamais ouviram falar dele”.

Para um historiador profissional, confiar-se à opinião de terceiros em vez de averiguar as fontes primárias, então fartamente disponíveis no próprio site do Foro, era uma escandalosa prova de inépcia. Na época, o sr. Maxwell pertencia (pertence ainda) ao círculo de iluminados que costumava (costuma ainda) ser ouvido com o máximo respeito pela mídia brasileira, especialmente pela *Folha de S. Paulo*. Isso parecia dar uma prova incontestável de que ele era de fato um jumento, tendo agido de maneira tão extravagante em pura obediência à sua natureza animal. Mas agora noto que isso não explicava tudo. Logo depois, outro intelectual de grande reputação nos círculos asininos, Luiz Felipe de Alencastro, professor de História do Brasil na Sorbonne e colunista da *Veja*, brilhava num debate do CFR emprestando à tese da inexistência do Foro de São Paulo o aval da sua formidável autoridade e ainda acrescentava ter sido eu o criador da lendária organização... Dar sumiço na coordenação continental do movimento comunista latino-americano parecia ter-se tornado um hábito consagrado no CFR.

Isso poderia ser apenas um inocente acúmulo de erros de interpretação se a entidade não tivesse cultivado simultaneamente um outro hábito: o das boas relações com as Farc. Em 1999, o presidente da Bolsa de Valores de Nova York, Richard Grasso, membro do CFR, fez uma visita de cortesia ao comandante das Farc, Raul Reyes, e saiu dali festejando a comunidade de interesses entre a quadrilha colombiana e a elite financeira “progressista” dos EUA. Logo em seguida, outros dois membros do CFR, James Kimsey, presidente emérito da *America Online*, e Joseph Robert, chefe do conglomerado imobiliário *J. E. Robert*, tinham um animado encontro com o próprio fundador das Farc, o velho Manuel Marulanda, e em seguida iam ao presidente colombiano Pastrana para tentar convencê-lo, com sucesso, a ficar de bem com a narcoguerrilha.

A divisão de trabalho era nítida: os potentados do CFR negociavam com a principal força de sustentação militar e financeira do Foro de São Paulo, enquanto seus *office-boys* intelectuais cuidavam de despistar a operação proclamando que o Foro nem sequer existia. O CFR alardeava a intenção de eliminar a influência do narcotráfico nos governos ao mesmo tempo que contribuía ativamente para que essa influência se tornasse mais vasta e fecunda do que nunca.

Ao CFR pertencia também o presidente Clinton, cujo famigerado Plano Colômbia tinha tido por principal resultado eliminar os concorrentes e entregar às Farc o quase monopólio

do mercado de drogas na América Latina. Em 2002, a política latino-americana dos grão-senhores globalistas sofria um upgrade: ao esforço de embelezar as Farc somava-se agora o empenho de fazer do presidente do Foro de São Paulo o presidente do Brasil. Poucos dias antes da eleição de 2002, a embaixadora americana Donna Hrinak, que não sei se pertence pessoalmente ao CFR mas está entre os fundadores de uma entidade estreitamente associada a ele, o Diálogo Interamericano, fazia propaganda descarada do candidato petista, proclamando-o “uma encarnação do sonho americano”. Embora fosse uma interferência ilegal e indecente de autoridade estrangeira numa eleição nacional -- só não causando escândalo porque até a prepotência imperialista se torna amável quando trabalha para o lado politicamente correto --, e embora a fórmula verbal escolhida para realizá-la fosse uma absurdidade sem par (pois não consta que muitos americanos tivessem como suprema ambição parar de trabalhar aos 24 anos para fazer carreira num partido comunista), a expressão fez tanto sucesso que, logo em seguida, foi repetida *ipsis litteris*, sem citação de fonte, num artigo da *New York Review of Books* que celebrava entusiasticamente a vitória de Lula. Adivinhem quem assinava o artigo? O indefectível Kenneth Maxwell.

Diante desses fatos, alguém ainda hesitará em perceber que as ligações entre o esquerdismo pó-de-arroz do CFR e o esquerdismo sangue-e-fezes dos Marulandas e Reyes são mais íntimas do que caberia na imagem estereotipada de uma hostilidade essencial e irreduzível entre capitalistas reacionários e comunistas revolucionários? O sentido dos acontecimentos é transparente demais, mas o cérebro das nossas elites ainda é capaz de projetar sobre eles a sua própria obscuridade para esquivar-se de tirar as conclusões que eles impõem.

É claro que não endosso a idéia de que o CFR, como instituição, seja uma central conspiratória pró-comunista. Muitos de seus membros são patriotas americanos que jamais endossariam conscientemente uma política prejudicial ao seu país. Mas não dá para esconder que, ali dentro, um grupo de bilionários reformadores do mundo, incalculavelmente poderosos, tem induzido a entidade a influenciar o governo de Washington, quase sempre com sucesso, no sentido mais esquerdista e anti-americano que se pode imaginar. Nos EUA isso é um fato de conhecimento geral. Ninguém o coloca em dúvida. Só o que se discute é a “teoria da conspiração” usada para explicá-lo. Essa teoria tem entre seus defensores alguns intelectuais de primeira ordem como Carroll Quigley, professor de História em Harvard e mentor de Bill Clinton, ou o economista Anthony Sutton, autor do clássico *Western Technology and Soviet Economic Development* (4 vols.). Contribui ainda mais para a credibilidade da tese o fato de que o primeiro é um adepto entusiasta e o segundo um crítico devastador da elite globalista. E o que a torna ainda mais atraente é o fato de que o CFR, reconhecendo a sua existência ao ponto de lhe oferecer um desmentido explícito no seu site oficial, se esquive de debater com esses dois

pesos-pesados e com dezenas de outros estudiosos sérios que escreveram a respeito, e prefira em vez disso ostentar uma vitória fácil e postiça num confronto com as versões popularescas e caricaturais da tese conspirativa, inventadas por tipos como Lyndon LaRouche e o pastor Pat Robertson. Este é um bom sujeito que jamais mentiria de caso pensado, mas é um boquirroto, campeão continental de gafes eclesiásticas. Discutir com ele é a coisa mais fácil, porque ele sempre vai acabar dizendo alguma inconveniência e pondo sua opinião a perder, mesmo quando está com a razão. LaRouche, que chegou a ser pré-candidato presidencial pelo Partido Democrata, é ele próprio um conspirador que só enxerga as conspirações dos outros pelo prisma deformante dos seus objetivos e interesses próprios. Tomar esses dois como porta-vozes representativos das acusações de conspiração contra o CFR é o mesmo que derrubar o dr. Emir Sader e sair cantando vitória sobre Karl Marx. Que o CFR use desse expediente esquivo para se safar das denúncias é um sério indício de que elas têm pelo menos algum fundo de verdade.

Para vocês avaliarem o quanto a nossa elite econômica, política e militar está alienada e por fora do mundo, basta notar que sua principal fonte de informação sobre o CFR, o Diálogo Interamericano e outros organismos globalistas tem sido justamente o sr. Lyndon LaRouche, cuja Executive Intelligence Review é lida pelos luminares da Escola Superior de Guerra como se fosse o exemplar mais puro de inside information (ele está tão bem informado que chegou a me classificar – logo a mim, porca miséria – como apóstolo do globalismo, pelo fato de eu escrever então num jornal chamado O Globo). As outras fontes conhecidas no país são todas de esquerda, e o que elas têm em comum com o boletim do sr. LaRouche é que distorcem monstruosamente os fatos ao apresentar os círculos globalistas como representantes do bom e velho “imperialismo americano” em luta desigual contra as soberanias nacionais dos países pobrezinhos. Não sei se rio ou se choro ao ver quantos brasileiros, que de esquerdistas não têm nada, levam essa versão a sério e baseiam nela suas análises estratégicas e propostas de governo. É ridículo e trágico ao mesmo tempo. Com tantas fontes primárias e diagnósticos de alto nível à disposição, por que comer lixo e arrotar o cardápio do Tour d’Argent? Do lamaçal cultural subdesenvolvido só brotam flores de ignorância e auto-engano.

O site www.vermelho.org, por exemplo, apresenta o Diálogo Interamericano como repleto de “personalidades da direita mais conservadora”, e estas como “representantes do Establishment americano”. Nos EUA, até crianças de escola sabem que Establishment quer dizer “esquerda chique”, que não há nem pode haver ali dentro “personalidades da direita mais conservadora”, e que, se alguma soberania nacional é posta em risco pelo Establishment, é a dos EUA em primeiríssimo lugar. A longa e feroz polêmica movida pelos conservadores e nacionalistas contra o CFR, o Diálogo Interamericano e os círculos globalistas em geral é completamente desconhecida pelos tagarelas da ESG e pelo “bando de generais” que acredita nas fontes esquerdistas e no sr. LaRouche. Nessa multidão de

caipiras crédulos há inúmeros patriotas sinceros. Mas a destruição de um país começa quando seus patriotas se idiotizam, deixando aos traidores, conspiradores e revolucionários o monopólio da esperteza.

A história da manipulação dos patriotas brasileiros por espertalhões de esquerda é em si mesma uma tragicomédia. Desde há décadas, a liderança esquerdista vem submetendo essa gente a um tratamento pavloviano, na base de um-choque-um-queijo, que se demonstrou eficaz ao ponto de muitos oficiais de alta patente, ideologicamente anticomunistas, acharem hoje que é uma lindeza sumamente honrosa transformar os nossos soldados em cavouqueiros e tratoristas a serviço do MST. Como é que se leva um cérebro humano a mergulhar nesse abismo de estupidez? É simples: basta criar uma equipe selecionada entre esquerdistas bem falantes e dividi-la em duas alas, encarregadas de tarefas opostas -- uma infiltrada na mídia, incumbida de espalhar mentiras escabrosas, fomentando o ódio anti-militar; outra, bem colocada nos próprios círculos militares e na ESG, encarregada de afagar o ego das Forças Armadas e induzi-las à conciliação e à colaboração com a estratégia comunista continental por força do seu próprio patriotismo, facilmente convertido em anti-americanismo por meio de um fluxo habilmente planejado de informações falsas (entre as quais é claro, as fornecidas pelo sr. LaRouche). Na primeira equipe, destacam-se Caco Barcelos, Cecília Coimbra e Luiz Eduardo Greenhalgh. Na segunda, Márcio Moreira Alves, Mário Augusto Jacobskind e Cesar Benjamin. A duplicidade de tratamento deixa a vítima desnorteada e acaba por subjugá-la. Entre tapas e beijos, boa parte da nossa oficialidade se deixou facilmente cair no engodo, mostrando ter mesmo QI de ratinho de laboratório. A recente palestra do comandante do Exército em Porto Alegre mostra até que ponto uma instituição caluniada, marginalizada e espezinhada sente alívio e reconforto ante a oferta humilhante de um lugarzinho no banquete de seus tradicionais detratores.

Ardis semelhantes foram aplicados entre empresários e políticos, com igual eficácia.

É por isso que se tornou tão difícil explicar aos brasileiros aquilo que, entre os conservadores americanos, até os mais lerdos de inteligência como Pat Robertson entendem perfeitamente bem: que a elite globalista é o inimigo número um da soberania nacional americana e, por tabela, mas somente por tabela, de todas as demais soberanias.

Quem foi que inventou o Brasil?

Zero Hora, 11 de junho de 2006

Se todos os meios de produção são estatizados, não há mercado. Sem mercado, os produtos não têm preços. Sem preços, não se pode fazer cálculo de preços. Sem cálculo de preços, não há planejamento econômico. Sem planejamento, não há economia estatizada. “Comunismo” é apenas uma construção hipotética destituída de materialidade, um nome sem coisa nenhuma dentro, um formalismo universal abstrato que não escapa ileso à navalha de Occam. Não existiu nem existirá jamais uma economia comunista, apenas uma economia capitalista camuflada ou perversa, boa somente para sustentar uma gangue de sanguessugas politicamente lindinhos.

Desde que Ludwig von Mises explicou essas obviedades em 1922, muitas conseqüências se seguiram.

Os líderes comunistas, por mais burros que fossem, entenderam imediatamente que o sábio austríaco tinha razão, mas não podiam, em público, dar o braço a torcer. Tolerando doses cada vez maiores de capitalismo legal ou clandestino nos territórios que dominavam, continuaram teimando em buscar algum arranjo que maquiasse o inevitável. Eduard Kardelij, ministro da Economia da Iugoslávia, chegou mesmo a imaginar que seria possível uma comissão de planejadores iluminados determinar um a um, por decreto, os preços de milhões de artigos, desde aviões supersônicos até agulhas de costura. A idéia jamais foi levada à prática, porque se assemelhava demasiado ao método português de matar baratas jogando uma bolinha de naftalina em cada uma. Os soviéticos permitiram que o capitalismo oficialmente banido continuasse prosperando na sombra e respondesse por quase cinquenta por cento da economia da URSS. Daí o enxame de milionários que emergiram da toca, da noite para o dia, quando da queda do Estado soviético: eles jamais teriam podido existir num regime de proibição efetiva da propriedade privada.

Alguns grandes capitalistas ocidentais tiraram da demonstração de von Mises algumas conclusões mais agradáveis (para eles próprios). Se a economia comunista era impossível, todos os esforços destinados nominalmente a criá-la acabariam gerando alguma outra coisa. Essa outra coisa só poderia ser um capitalismo oculto, como na URSS, ou um socialismo meia-bomba, uma simbiose entre o poder do Estado e os grupos econômicos mais poderosos, um oligopólio, em suma. As duas hipóteses prometiam lucros formidáveis, aquela pela absoluta ausência de impostos, esta pela garantia estatal oferecida aos amigos do governo contra os concorrentes menos dotados. Se a primeira ainda comportava alguns riscos menores (extorsão, vinganças pessoais de funcionários públicos mal subornados), a

segunda era absolutamente segura. Foi então que um grupo de bilionários criou o plano estratégico mais maquiavélico da história econômica mundial -- inventaram a fórmula assim resumida ironicamente pela colunista Edith Kermit Roosevelt (neta de Theodore Roosevelt): “A melhor maneira de combater o comunismo seria uma Nova Ordem socialista governada por ‘especialistas’ como eles próprios.” Essa idéia espalhou-se como fogo entre os membros do CFR, Council on Foreign Relations, o poderoso think tank novaiorquino. A política adotada desde então por todos os governos americanos (exceto Reagan) para com o Terceiro Mundo, na base de combater a “extrema esquerda” mediante o apoio dado à “esquerda moderada”, foi criada diretamente pelo CFR. O esquema era infalível: se os “moderados” vencessem a parada, estaria instaurado o monopolismo; se os comunistas subissem ao poder, entraria automaticamente em ação o Plano B, o capitalismo clandestino. A “extrema esquerda”, apresentada como “o” inimigo, não era na verdade o alvo visado, era apenas a mão esquerda do plano. O verdadeiro alvo era o livre mercado, que deveria perecer sob o duplo ataque de seus inimigos e de seus “defensores” os quais, usando o espantinho da revolução comunista, o induziam a fazer concessões cada vez maiores ao socialismo alegadamente profilático da esquerda “boazinha”.

Reduzir o leque das opções políticas a uma disputa entre comunistas e socialdemocratas tem sido há meio século o objetivo constante dos bilionários inventores da Nova Ordem global. O Brasil de hoje é o laboratório dos seus sonhos.

A maior trama criminosa de todos os tempos

Digesto Econômico, setembro/outubro/nov/dez de 2007

O pioneiro incontestado na investigação do fenômeno "Foro de São Paulo" foi o advogado paulista José Carlos Graça Wagner, homem de inteligência privilegiada, que muito me honrou com a sua amizade. Ele já falava do assunto, com aguda compreensão da sua importância histórica e estratégica, por volta de 1995, quando o conheci. Em 1999, a documentação que ele vinha coletando sobre a origem e as ações da entidade lotava um cômodo inteiro da sua casa, e uma prova da criteriosidade intelectual do pesquisador foi que só a partir de então ele se sentiu em condições de começar a escrever um livro a respeito. Na ocasião, ele me chamou para ajudá-lo no empreendimento, mas eu estava de partida para a Romênia e, com muita tristeza, declinei do convite.

Maior ainda foi a tristeza que experimentei anos depois, quando, ao retomar o contato com o Dr. Wagner, soube que o projeto tinha sido interrompido por uma onda súbita e irrefreável de revezes financeiros e batalhas judiciais, que terminaram por arruinar a saúde do meu amigo e de sua esposa, ambos já idosos. Não sai da minha cabeça a suspeita de que a perigosa investigação em que ele se metera teve algo a ver com a repentina liquidação de uma carreira profissional até então marcada pelo sucesso e pela prosperidade.

Ele tinha negócios nos EUA e era também lá, nas bibliotecas e arquivos de Miami e de Washington D.C., que ele coligia a maior parte do material sobre o Foro. Nos últimos anos, a pesquisa havia tomado um rumo peculiar. O Dr. Wagner esperava encontrar provas de uma ligação íntima entre o Foro de São Paulo e uma prestigiosa entidade da esquerda chique americana, o "Diálogo Interamericano". Não sei se essa prova específica existe ou não, nem se ela é realmente necessária para demonstrar algo que metade da América já conhece por outros e abundantes sinais, isto é, que os líderes mais barulhentos do Partido Democrata são notórios protetores de movimentos revolucionários e terroristas (de modo que o Foro, se acrescentado à lista, não modificaria em grande coisa as biografias desses personagens vampirescos).

O que sei é que o começo da ruína pessoal do meu amigo data aproximadamente de uma entrevista que ele deu ao Diário Las Américas, importante publicação de língua espanhola em Miami, na qual falava do Foro de São Paulo e de suas relações perigosas com o "Diálogo". Mas isto já seria matéria para outra investigação, e longe de mim a intenção de explicar *obscurum per obscurius*. Mesmo sem poder prometer a solução para esse aspecto particularmente enigmático do problema, uma coisa posso garantir: os arquivos do Dr. Wagner, recentemente postos à disposição da equipe de pesquisadores do Mídia Sem Máscara e da Associação Comercial de São Paulo, pela generosidade de José Roberto Valente Wagner, permitem retomar a investigação com a esperança de que antes de um

ano teremos pelo menos a história interna do Foro de São Paulo reconstituída praticamente mês a mês. Então será possível colocar em bases mais sólidas a questão do "Diálogo", mas antes disso será preciso resolver outro enigma, bem mais urgente e bem mais próximo de nós.

Vou formular esse enigma mediante o contraste entre duas ordens de fatos:

Primeira: O Foro de São Paulo é a mais vasta organização política que já existiu na América Latina e, sem dúvida, uma das maiores do mundo. Dele participam todos os governantes esquerdistas do continente. Mas não é uma organização de esquerda como outra qualquer. Ele reúne mais de uma centena de partidos legais e várias organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e à indústria dos seqüestros, como as FARC e o MIR chileno, todas empenhadas numa articulação. O pioneiro incontestado na investigação do fenômeno "Foro de São Paulo" foi o advogado paulista José Carlos Graça Wagner, homem de inteligência privilegiada, que muito me honrou com a sua amizade. Ele já falava do assunto, com aguda compreensão da sua importância histórica e estratégica, por volta de 1995, quando o conheci. Em 1999, a documentação que ele vinha coletando sobre a origem e as ações da entidade lotava um cômodo inteiro da sua casa, e uma prova da criteriosidade intelectual do pesquisador foi que só a partir de então ele se sentiu em condições de começar a escrever um livro a respeito. Na ocasião, ele me chamou para ajudá-lo no empreendimento, mas eu estava de partida para a Romênia e, com muita tristeza, declinei do convite.

Maior ainda foi a tristeza que experimentei anos depois, quando, ao retomar o contato com o Dr. Wagner, soube que o projeto tinha sido interrompido por uma onda súbita e irrefreável de revezes financeiros e batalhas judiciais, que terminaram por arruinar a saúde do meu amigo e de sua esposa, ambos já idosos. Não sai da minha cabeça a suspeita de que a perigosa investigação em que ele se metera teve algo a ver com a repentina liquidação de uma carreira profissional até então marcada pelo sucesso e pela prosperidade.

Ele tinha negócios nos EUA e era também lá, nas bibliotecas e arquivos de Miami e de Washington D.C., que ele coligia a maior parte do material sobre o Foro. Nos últimos anos, a pesquisa havia tomado um rumo peculiar. O Dr. Wagner esperava encontrar provas de uma ligação íntima entre o Foro de São Paulo e uma prestigiosa entidade da esquerda chique americana, o "Diálogo Interamericano". Não sei se essa prova específica existe ou não, nem se ela é realmente necessária para demonstrar algo que metade da América já conhece por outros e abundantes sinais, isto é, que os líderes mais barulhentos do Partido Democrata são notórios protetores de movimentos revolucionários e terroristas (de modo que o Foro, se acrescentado à lista, não modificaria em grande coisa as biografias desses personagens vampirescos).

O que sei é que o começo da ruína pessoal do meu amigo data aproximadamente de uma entrevista que ele deu ao Diário Las Américas, importante publicação de língua espanhola em Miami, na qual falava do Foro de São Paulo e de suas relações perigosas com o "Diálogo". Mas isto já seria matéria para outra investigação, e longe de mim a intenção de explicar *obscurum per obscurius*. Mesmo sem poder prometer a solução para esse aspecto particularmente enigmático do problema, uma coisa posso garantir: os arquivos do Dr. Wagner, recentemente postos à disposição da equipe de pesquisadores do Mídia Sem Máscara e da Associação Comercial de São Paulo, pela generosidade de José Roberto Valente Wagner, permitem retomar a investigação com a esperança de que antes de um ano teremos pelo menos a história interna do Foro de São Paulo reconstituída praticamente mês a mês. Então será possível colocar em bases mais sólidas a questão do "Diálogo", mas antes disso será preciso resolver outro enigma, bem mais urgente e bem mais próximo de nós.

Vou formular esse enigma mediante o contraste entre duas ordens de fatos:

Primeira: O Foro de São Paulo é a mais vasta organização política que já existiu na América Latina e, sem dúvida, uma das maiores do mundo. Dele participam todos os governantes esquerdistas do continente. Mas não é uma organização de esquerda como outra qualquer. Ele reúne mais de uma centena de partidos legais e várias organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e à indústria dos seqüestros, como as FARC e o MIR chileno, todas empenhadas numa articulação estratégica comum e na busca de vantagens mútuas. Nunca se viu, no mundo, em escala tão gigantesca, uma convivência tão íntima, tão persistente, tão organizada e tão duradoura entre a política e o crime.

Segunda: Durante dezesseis anos, todos os jornais, canais de TV e estações de rádio deste País – todos, sem exceção, inclusive aqueles que mais se gabavam de primar pelo jornalismo investigativo e pelas denúncias corajosas – se recusaram obstinadamente a noticiar a existência e as atividades dessa organização, malgrado as sucessivas advertências que lhes lancei a respeito, em todos os tons possíveis e imagináveis. Do aviso solícito à provocação insultuosa, das súplicas humildes às argumentações lógicas mais persuasivas, tudo foi inútil. Quando não me respondiam com o silêncio desdenhoso, faziam-no com desconversas levianas, com objeções céticas inteiramente apriorísticas, que dispensavam qualquer exame do assunto, com observações sapientíssimas sobre o meu estado de saúde mental ou com a zombaria mais estúpida e pueril que se pode imaginar. Reagindo a essa pertinaz negação dos fatos, fiz publicar no jornal eletrônico Mídia Sem Máscara as atas quase completas das assembléias e grupos de trabalho do Foro de São Paulo. A volumosa prova documental mostrou-se incapaz de demover os negacionistas. Eles pareciam hipnotizados, estupificados, mentalmente paralisados diante de uma hipótese mais temível do que seus cérebros poderiam suportar na ocasião.

O Foro de São Paulo reúne mais de uma centena de partidos legais e várias organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e à indústria dos seqüestros, como as FARC e o MIR chileno.

A publicação das atas teve porém duas conseqüências importantes. De um lado, o site oficial do Foro, www.forosaopaulo.org, foi retirado do ar às pressas, para só voltar meses depois, em versão bastante expurgada. De outro lado, entre os jornalistas e analistas políticos, a afetação de desprezo pelo assunto cedeu lugar à negação ostensiva, pública, da existência mesma do Foro de São Paulo. Dois personagens destacaram-se especialmente nesse servicinho sujo: o inglês Kenneth Maxwell e o brasileiro Luiz Felipe de Alencastro. Para anunciar ao mundo a completa inexistência da entidade que eu denunciava, ambos – por ironia, historiadores de profissão – usaram como tribuna ou megafone o pódio do CFR, Council on Foreign Relations, o mais poderoso think tank americano, dando assim à ignorância dolosa (ou à mentira grotesca) o aval de uma autoridade considerável. Quem ainda tenha ilusões quanto à confiabilidade intelectual da profissão acadêmica, mesmo exercida nos chamados "grandes centros" (Alencastro é professor na Universidade de Paris, e Maxwell é o consultor supremo do próprio CFR em assuntos brasileiros), pode se curar dessa doença mediante a simples notificação desses fatos.

Mas aí a hipótese da mera ignorância organizada começa a ceder lugar à suspeita de uma trama consciente bem maior do que a nossa paranóia poderia imaginar. Membros importantes do CFR tiveram contatos próximos com as organizações criminosas participantes do Foro de São Paulo, cuja existência, portanto, não poderiam ignorar (leia-se a respeito o meu artigo "Por trás da subversão", *Diário do Comércio*, dia 05 de junho de 2006, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/060605dc.html>). Em suma, o Brasil parecia estar preso entre as malhas de uma articulação criminosa, que envolvia, ao mesmo tempo, a totalidade dos partidos de esquerda latino-americanos, o grosso da classe jornalística nacional, as principais gangues de narcotraficantes do continente e, por fim, uma parcela nada desprezível da elite política e financeira norte americana.

A gravidade desses fatos mede-se pela amplitude e persistência da sua ocultação. Crescendo em segredo, o Foro de São Paulo tornou-se o motor principal das transformações históricas no continente, ao mesmo tempo que a ignorância geral a respeito fazia com que os debates públicos – e portanto a totalidade da vida cultural – se afastasse cada vez mais da realidade e se transformasse numa engenharia da alienação, favorecendo ainda mais o crescimento de um esquema de poder que se alimentava gostosamente da sua própria invisibilidade. A queda vertiginosa do nível de consciência pública nessas condições, era não só previsível como inevitável. As opiniões circulantes tornaram-se uma dança grotesca de irrelevâncias, desconversas e erros maciços, ao mesmo tempo em que a violência e a corrupção cresciam ante os olhos atônics do público e dos

formadores de opinião, cada um apegando-se às explicações mais descontraídas, extemporâneas e impotentes. Muitas décadas não de passar antes que a devastação psicológica resultante desse quadro possa ser revertida. O fabuloso concurso de crimes que a determinou não tem paralelo na história universal.

Um dos aspectos mais grotescos da situação é a facilidade com que os culpados se desvencilham de qualquer tentativa de denúncia, qualificando-a de "teoria da conspiração". Mas quem falou em conspiração? O que vemos é uma gigantesca movimentação de recursos, de poderes, de organizações, de correntes históricas, que para permanecer imune à curiosidade popular não precisa se esconder em porões, mas apenas apostar na incapacidade pública de apreender a sua complexidade inabarcável e de acreditar na existência de tanta malícia organizada.

O Foro é uma entidade *sui generis*, sem correspondência em qualquer época ou país. Longo tempo depois de extinto, como espero venha a sê-lo um dia, ele ainda constituirá um enigma e um desafio ao tirocínio dos historiadores. Para nós, ele é mais do que isso. É o inimigo "onipresente e invisível" sonhado por Antonio Gramsci. estratégica comum e na busca de vantagens mútuas. Nunca se viu, no mundo, em escala tão gigantesca, uma convivência tão íntima, tão persistente, tão organizada e tão duradoura entre a política e o crime.

Segunda: Durante dezesseis anos, todos os jornais, canais de TV e estações de rádio deste País – todos, sem exceção, inclusive aqueles que mais se gabavam de primar pelo jornalismo investigativo e pelas denúncias corajosas – se recusaram obstinadamente a noticiar a existência e as atividades dessa organização, malgrado as sucessivas advertências que lhes lancei a respeito, em todos os tons possíveis e imagináveis. Do aviso solícito à provocação insultuosa, das súplicas humildes às argumentações lógicas mais persuasivas, tudo foi inútil. Quando não me respondiam com o silêncio desdenhoso, faziam-no com desconversas levianas, com objeções céticas inteiramente apriorísticas, que dispensavam qualquer exame do assunto, com observações sapientíssimas sobre o meu estado de saúde mental ou com a zombaria mais estúpida e pueril que se pode imaginar. Reagindo a essa pertinaz negação dos fatos, fiz publicar no jornal eletrônico *Mídia Sem Máscara* as atas quase completas das assembléias e grupos de trabalho do Foro de São Paulo. A volumosa prova documental mostrou-se incapaz de demover os negacionistas. Eles pareciam hipnotizados, estupidificados, mentalmente paralisados diante de uma hipótese mais temível do que seus cérebros poderiam suportar na ocasião.

O Foro de São Paulo reúne mais de uma centena de partidos legais e várias organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e à indústria dos seqüestros, como as FARC e o MIR chileno.

A publicação das atas teve porém duas conseqüências importantes. De um lado, o site oficial do Foro, www.forosaopaulo.org, foi retirado do ar às pressas, para só voltar meses depois, em versão bastante expurgada. De outro lado, entre os jornalistas e analistas políticos, a afetação de desprezo pelo assunto cedeu lugar à negação ostensiva, pública, da existência mesma do Foro de São Paulo. Dois personagens destacaram-se especialmente nesse servicinho sujo: o inglês Kenneth Maxwell e o brasileiro Luiz Felipe de Alencastro. Para anunciar ao mundo a completa inexistência da entidade que eu denunciava, ambos – por ironia, historiadores de profissão – usaram como tribuna ou megafone o pódio do CFR, Council on Foreign Relations, o mais poderoso think tank americano, dando assim à ignorância dolosa (ou à mentira grotesca) o aval de uma autoridade considerável. Quem ainda tenha ilusões quanto à confiabilidade intelectual da profissão acadêmica, mesmo exercida nos chamados "grandes centros" (Alencastro é professor na Universidade de Paris, e Maxwell é o consultor supremo do próprio CFR em assuntos brasileiros), pode se curar dessa doença mediante a simples notificação desses fatos.

Mas aí a hipótese da mera ignorância organizada começa a ceder lugar à suspeita de uma trama consciente bem maior do que a nossa paranóia poderia imaginar. Membros importantes do CFR tiveram contatos próximos com as organizações criminosas participantes do Foro de São Paulo, cuja existência, portanto, não poderiam ignorar (leia-se a respeito o meu artigo "Por trás da subversão", *Diário do Comércio*, dia 05 de junho de 2006, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/060605dc.html>). Em suma, o Brasil parecia estar preso entre as malhas de uma articulação criminosa, que envolvia, ao mesmo tempo, a totalidade dos partidos de esquerda latino-americanos, o grosso da classe jornalística nacional, as principais gangues de narcotraficantes do continente e, por fim, uma parcela nada desprezível da elite política e financeira norte americana.

A gravidade desses fatos mede-se pela amplitude e persistência da sua ocultação. Crescendo em segredo, o Foro de São Paulo tornou-se o motor principal das transformações históricas no continente, ao mesmo tempo que a ignorância geral a respeito fazia com que os debates públicos – e portanto a totalidade da vida cultural – se afastasse cada vez mais da realidade e se transformasse numa engenharia da alienação, favorecendo ainda mais o crescimento de um esquema de poder que se alimentava gostosamente da sua própria invisibilidade. A queda vertiginosa do nível de consciência pública nessas condições, era não só previsível como inevitável. As opiniões circulantes tornaram-se uma dança grotesca de irrelevâncias, desconversas e erros maciços, ao mesmo tempo em que a violência e a corrupção cresciam ante os olhos atônicos do público e dos formadores de opinião, cada um apegando-se às explicações mais descontraídas, extemporâneas e impotentes. Muitas décadas hão de passar antes que a devastação

psicológica resultante desse quadro possa ser revertida. O fabuloso concurso de crimes que a determinou não tem paralelo na história universal.

Um dos aspectos mais grotescos da situação é a facilidade com que os culpados se desvencilham de qualquer tentativa de denúncia, qualificando-a de "teoria da conspiração". Mas quem falou em conspiração? O que vemos é uma gigantesca movimentação de recursos, de poderes, de organizações, de correntes históricas, que para permanecer imune à curiosidade popular não precisa se esconder em porões, mas apenas apostar na incapacidade pública de apreender a sua complexidade inabarcável e de acreditar na existência de tanta malícia organizada.

O Foro é uma entidade *sui generis*, sem correspondência em qualquer época ou país. Longo tempo depois de extinto, como espero venha a sê-lo um dia, ele ainda constituirá um enigma e um desafio ao tirocínio dos historiadores. Para nós, ele é mais do que isso. É o inimigo "onipresente e invisível" sonhado por Antonio Gramsci.

Digitais do Foro de São Paulo

Diário do Comércio, 28 de janeiro de 2008

Nos documentos de fonte primária sobre o Foro de São Paulo, encontramos as seguintes informações:

1) Conforme afirmei desde o início, e contra todo o exército de achismos e desconversas, o Foro de São Paulo existe e é a coordenação estratégica do movimento comunista na América Latina (ver documento original em 3º Congresso do PT e comentário em O Manifesto Comunista do PT; outro documento original em Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Encontro de Governadores da Frente Norte do Mercosul e comentário em Saindo do armário).

2) Ao longo de seus dezessete anos e meio de atividade, não se observa nas atas de suas assembleias e grupos de trabalho a menor divergência, muito menos conflito sério, entre as centenas de facções de esquerda que o compõem. Todas as declarações finais foram assinadas pela unanimidade dos participantes (cf. transcrição das atas e assinaturas em "Atas do Foro de São Paulo"). Nenhuma das queixas e recriminações vociferadas pelos antipetistas de esquerda na mídia que eles mesmos chamam de direitista e burguesa foi jamais levada às discussões internas do Foro, o que prova que a esquerda latino-americana permanece unida por baixo de suas divergências de superfície, por mais que estas impressionem a platéia ingênua.

3) As ações do Foro prolongam-se muito além daquilo que consta das atas. Segundo confissão explícita do sr. presidente da República, os encontros da entidade são ocasião de conversações secretas que resultam em decisões estratégicas de grande alcance, como, por exemplo, a articulação internacional que consolidou o poder de Hugo Chávez na Venezuela (ver o documento oficial em "Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato político de celebração aos 15 anos do Foro de São Paulo" e comentário em Lula, réu confesso). Estas decisões e sua implementação prática subentendem uma unidade estratégica e tática ainda mais efetiva do que aquela que transparece nas atas.

4) Segundo as Farc, a criação desse mecanismo coordenador salvou da extinção o movimento comunista latino-americano e foi diretamente responsável pela ascensão dos partidos de esquerda ao poder em várias nações do continente. (ver Comissão Internacional das Farc, "Saudação à Mesa Diretora do Foro de São Paulo, 16 de janeiro de 2007", significativamente já retirado do ar, mas recuperável em <http://web.archive.org/web/20070310215800/www.farcep.org/?node>2,2513,1>).

5) As declarações de solidariedade mútua firmadas no Foro de São Paulo entre partidos legais e organizações criminosas (ver por exemplo X Foro de São Paulo, “Resolução de Condenação ao Plano Colômbia e de Apoio ao Povo Colombiano”) não ficaram no papel, mas traduziram-se em ações políticas em que as entidades legais eram instantaneamente mobilizadas para proteger e libertar os agentes das Farc e do Mir presos pelas autoridades locais (explicarei isto melhor, com os documentos respectivos, num próximo artigo).

Na pesquisa histórica, na investigação policial, nos processos judiciais, na ciência política ou em qualquer discussão pública que se pretenda mais séria do que propaganda eleitoral ou conversa de botequim, o princípio mais elementar e incontornável é que os documentos de fonte primária são a autoridade absoluta, o critério último de arbitragem entre as hipóteses e opiniões.

Trinta anos de definhamento intelectual sem precedentes no mundo civilizado tornaram esse princípio inacessível e incompreensível às mentes dos formadores de opinião neste país, principalmente aqueles que a mídia considera mais respeitáveis e dignos de ser ouvidos.

A idéia mesma de “prova”, sem a qual não existe justiça, nem ciência, nem honestidade, nem muito menos a possibilidade da ação racionalmente conduzida, desapareceu do horizonte de consciência desses indivíduos, que se rebaixaram assim à condição de criancinhas mentirosas, apegadas a sonsos jogos de palavras para fazer desaparecer por mágica os fatos que as desagradam ou que por outro motivo qualquer desejam ocultar.

Não digo apenas que se tornaram desonestos: abdicaram por completo da capacidade de distinguir o honesto do desonesto, o certo do errado, o verdadeiro do falso. Uns fizeram isso por sacrifício voluntário no altar de suas crenças políticas, outros por presunção vaidosa, outros por comodismo, outros por mera covardia.

Confiado neles, o Brasil cometeu suicídio intelectual, tornando-se um país incapaz de acompanhar sua própria história presente com aquele mínimo de consciência alerta cuja presença distingue a vigília do sono.

Jamais, na história da mídia mundial, tantos traíram ao mesmo tempo sua missão de investigar e informar.

Os donos do mundo

Diário do Comércio, 21 de fevereiro de 2011

As forças históricas que hoje disputam o poder no mundo articulam-se em três projetos de dominação global: o “russo-chinês” (ou “eurasiano”), o “ocidental” (às vezes chamado erroneamente “anglo-americano”) e o “islâmico”.

Cada um tem uma história bem documentada, mostrando suas origens remotas, as transformações que sofreu ao longo do tempo e o estado atual da sua implementação.

Os agentes que os personificam são respectivamente:

1. A elite governante da Rússia e da China, especialmente os serviços secretos desses dois países.
2. A elite financeira ocidental, tal como representada especialmente no Clube Bilderberg, no Council of Foreign Relations e na Comissão Trilateral.
3. A Fraternidade Muçulmana, as lideranças religiosas de vários países islâmicos e alguns governos de países muçulmanos.

Desses três agentes, só o primeiro pode ser concebido em termos estritamente geopolíticos, já que seus planos e ações correspondem a interesses nacionais e regionais bem definidos. O segundo, que está mais avançado na consecução de seus planos de governo mundial, coloca-se explicitamente acima de quaisquer interesses nacionais, inclusive os dos países onde se originou e que lhe servem de base de operações. No terceiro, eventuais conflitos de interesses entre os governos nacionais e o objetivo maior do Califado Universal acabam sempre resolvidos em favor deste último, que que hoje é o grande fator de unificação ideológica do mundo islâmico.

As concepções de poder global que esses três agentes se esforçam para realizar são muito diferentes entre si porque brotam de inspirações heterogêneas e às vezes incompatíveis.

Embora em princípio as relações entre eles sejam de competição e disputa, às vezes até militar, existem imensas zonas de fusão e colaboração, ainda que móveis e cambiantes. Este fenômeno desorienta os observadores, produzindo toda sorte de interpretações deslocadas e fantasiosas, algumas sob a forma de “teorias da conspiração”, outras como contestações soi disant “realistas” e “científicas” dessas teorias.

Boa parte da nebulosidade do quadro mundial é produzida por um fator mais ou menos constante: cada um dos três agentes tende a interpretar nos seus próprios termos os planos

e ações dos outros dois, em parte para fins de propaganda, em parte por genuína incompreensão.

As análises estratégicas de parte a parte refletem, cada uma, o viés ideológico que lhe é próprio. Ainda que tentando levar em conta a totalidade dos fatores disponíveis, o esquema russo-chinês privilegia o ponto de vista geopolítico e militar, o ocidental o ponto de vista econômico, o islâmico a disputa de religiões.

Essa diferença reflete, por sua vez, a composição sociológica das classes dominantes nas áreas geográficas respectivas:

- 1) Oriunda da Nomenklatura comunista, a classe dominante russo-chinesa compõe-se essencialmente de burocratas, agentes dos serviços de inteligência e oficiais militares.
- 2) O predomínio dos financistas e banqueiros internacionais no establishment ocidental é demasiado conhecido para que seja necessário insistir sobre isso.
- 3) Nos vários países do complexo islâmico, a autoridade do governante depende substancialmente da aprovação da umma – a comunidade multitudinária dos intérpretes categorizados da religião tradicional. Embora haja ali uma grande variedade de situações internas, não é exagerado descrever como “teocrática” a estrutura do poder dominante.

Assim, pela primeira vez na história do mundo, as três modalidades essenciais do poder – político-militar, econômico e religioso – encontram-se personificadas em blocos supranacionais distintos, cada qual com seus planos de dominação mundial e seus modos de ação peculiares. Isso não quer dizer que cada um não atue em todos os fronts, mas apenas que suas respectivas visões históricas e estratégicas são delimitadas, em última instância, pela modalidade de poder que representam. Não é exagero dizer que o mundo de hoje é objeto de uma disputa entre militares, banqueiros e pregadores.

Praticamente todas as análises de política internacional hoje disponíveis na mídia do Brasil ou de qualquer outro país refletem a subserviência dos “formadores de opinião” a uma das três correntes em disputa, e portanto o desconhecimento sistemático de suas áreas de cumplicidade e ajuda mútua. Esses indivíduos julgam fatos e “tomam posições” com base nos valores abstratos que lhes são caros, sem nem mesmo perguntar se suas palavras, na somatória geral dos fatores em jogo no mundo, não acabarão concorrendo para a glória de tudo quanto odeiam. Os estrategistas dos três grandes projetos mundiais estão bem alertados disso, e incluem os comentaristas políticos – jornalísticos ou acadêmicos – entre os mais preciosos idiotas úteis a seu serviço.